



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO

# **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)**

**Mogéiro -PB**

Junho-2025

# INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) do município de Mogeiro, no estado da Paraíba, foi aprovado por meio da **Lei Municipal nº 256/2015**, em consonância com as diretrizes estabelecidas no **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Federal nº 13.005/2014**. Com vigência de **dez anos (2015–2025)**, o PME representa um instrumento estratégico de planejamento educacional, construído de forma participativa e com o propósito de garantir a continuidade das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, assegurando qualidade, equidade e inclusão no processo de ensino e aprendizagem.

Este relatório tem como **objetivo central avaliar o cumprimento das metas do PME referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024**, oferecendo uma visão consolidada dos avanços, desafios e perspectivas da política educacional local. A análise aqui apresentada visa subsidiar gestores, conselheiros, educadores e a sociedade civil na tomada de decisões, no redirecionamento de ações e no fortalecimento da gestão democrática e eficiente da educação pública municipal.

A **metodologia utilizada** baseou-se na análise de **indicadores quantitativos e qualitativos** associados a cada uma das metas do PME, utilizando como **fontes de dados** principais o **Censo Escolar do INEP**, os **microdados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica)**, informações do **qEdu** e do **Conviva Educação**, registros administrativos da Secretaria Municipal de Educação de Mogeiro (SIGEMEC e outros), bem como relatórios internos de monitoramento.

Para a análise dos dados, foram utilizadas **tabelas comparativas, gráficos de evolução temporal e indicadores de desempenho**, com destaque para as variações percentuais em relação às metas projetadas. A consolidação dessas informações permite identificar quais metas foram atingidas, quais encontram-se em progresso e aquelas que necessitam de atenção especial para sua efetivação até o término do ciclo do PME.

**META 1 - Universalizar o atendimento escolar de 4 e 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de Educação Infantil de modo a atender até 2024 a 50% da população de 0 a 3 anos.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Educação Infantil é fundamental para promover inclusão social, ampliar oportunidades de trabalho e garantir o direito à educação para todos. Essa meta está alinhada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e reflete o compromisso constitucional (art. 208 da CF/1988) e legal (LDB, alterada pelas Leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013) de garantir a educação infantil como direito social e dever do município. O foco é assegurar qualidade, equidade e inclusão no atendimento, promovendo o desenvolvimento integral das crianças em ambientes educativos lúdicos e acolhedores. Em Mogeiro, esforços têm sido feitos para ampliar o acesso e melhorar a qualidade do ensino oferecido a essa população.

No Município de Mogeiro, atualmente no âmbito público municipal o segmento de Educação Infantil atende crianças com idade Creche (0 a 3 anos) em tempo integral, e pré-escola (4 a 5 anos) em tempo parcial, totalizando 23 instituições escolares públicas, sendo 03 na zona urbana, 20 na zona rural e 01 escolas da rede privada, conforme dados do setor de estatística da Secretaria Municipal de Educação (SME). Tanto na rede pública, quanto na privada o ensino infantil está organizado em escolas que ofertam tanto a Educação Infantil ou outros segmentos simultaneamente na mesma unidade escolar.

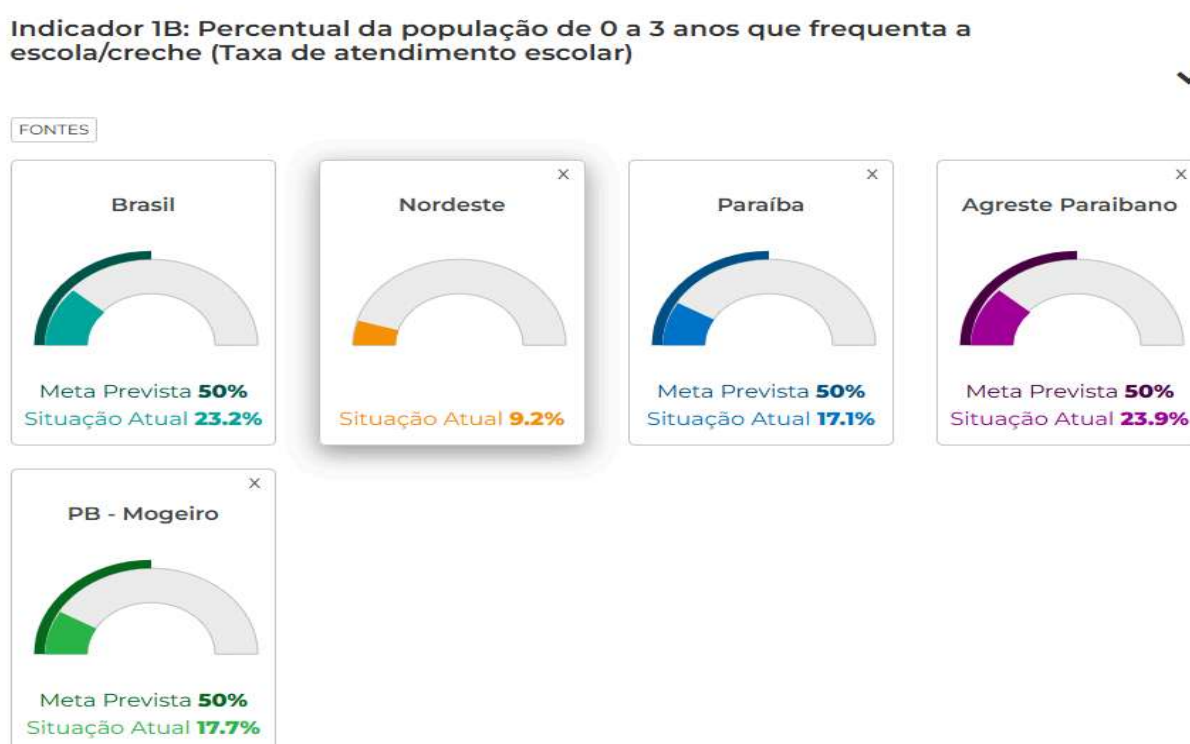
## **DADOS E ANÁLISE**

A meta cumpre as exigências constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), priorizando a universalização do acesso à pré-escola e a ampliação do atendimento em creches, o que é crucial para o desenvolvimento infantil e para atender demandas legais (matrícula obrigatória aos 4 e 5 anos).

A ênfase no desenvolvimento holístico da criança (motor, afetivo, cognitivo) e no uso de práticas lúdicas, como brincadeiras e contação de histórias, está alinhada

com as melhores práticas pedagógicas, conforme preconizado pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e a BNCC. A estratégia de buscar apoio da União e do Estado para financiamento e formação profissional é essencial, considerando as limitações orçamentárias do município. O envolvimento da comunidade escolar no planejamento e monitoramento fortalece o controle social e a transparência, alinhando-se ao princípio de gestão democrática previsto no PME.

Gráfico 01: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a Creche.



**Fonte:PNE**

O gráfico acima evidencia a grande desigualdade regional no acesso à educação infantil. O Nordeste, com apenas 9,2%, mostra um cenário preocupante, exigindo maior investimento e atenção dos gestores públicos. Já o município de Mogeiro, embora um pouco acima da média do estado, ainda precisa avançar muito para atingir a meta nacional.

A meta de 50% representa um importante compromisso com o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. Para isso, é essencial o

fortalecimento de políticas públicas, investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e articulação entre os entes federativos.

**Gráfico 02: Quantitativo de matrículas da população de 0 a 3 anos.**



Fonte: SEDUC

Observou-se um crescimento contínuo nas matrículas em creches entre 2022 e 2024, com aumentos de 19,75% e 7,02% nos períodos analisados. Esse avanço indica uma maior demanda por vagas, possivelmente relacionada à ampliação da oferta, maior conscientização das famílias e crescimento populacional na faixa etária atendida.

**Gráfico 03: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a Pré-escola.**

Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)

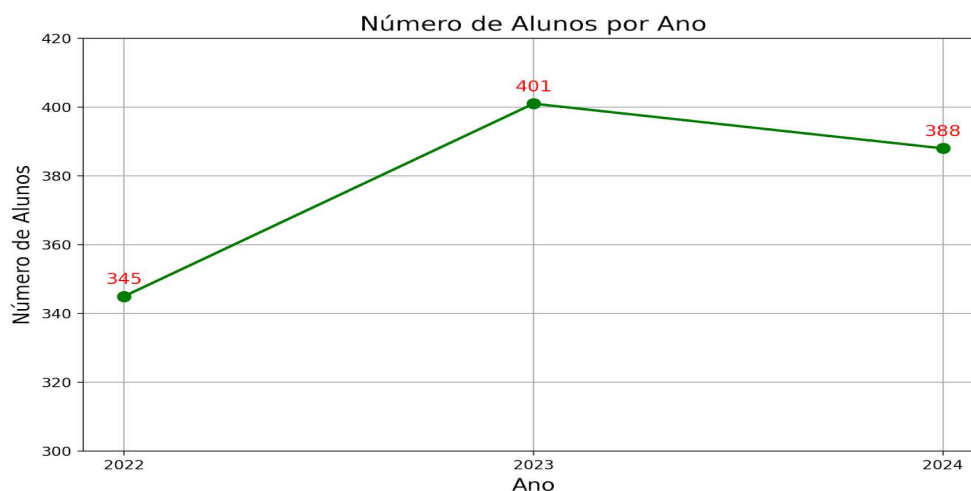


Fonte: PNE

O gráfico revela que Mogeiro tem se destacado positivamente no atendimento à educação infantil na faixa etária de 4 a 5 anos, alcançando 90,2% de cobertura em 2024. Isso reflete o comprometimento do município com a garantia do direito à educação na primeira infância, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Mesmo com esse bom desempenho, ainda é necessário manter esforços para atingir a universalização (100%), investindo na busca ativa, ampliação de vagas, melhoria na infraestrutura e na formação dos profissionais da educação.

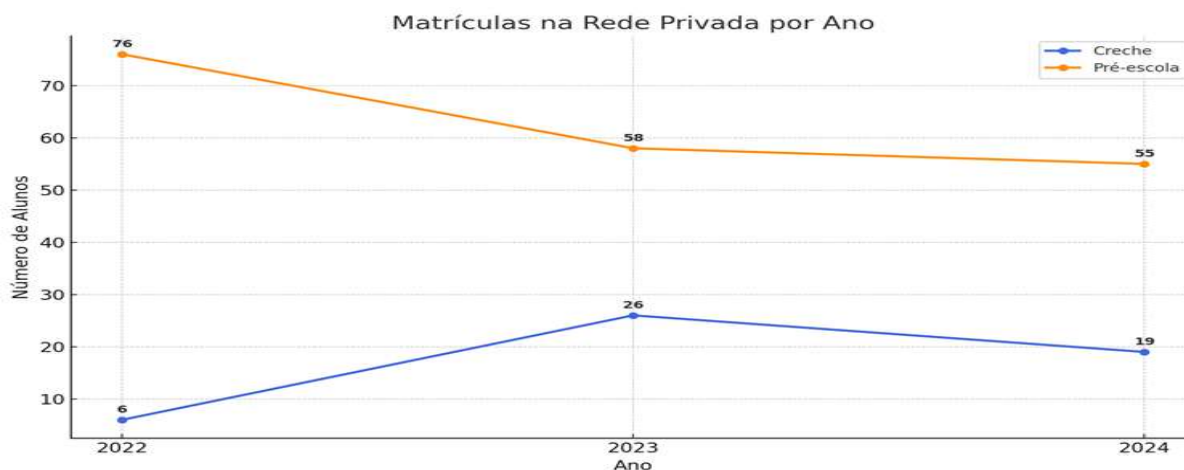
**Gráfico 04: Quantitativo de matrículas da população de 4 a 5 anos.**



**Fonte: SEDUC**

O gráfico revela um crescimento significativo entre 2022 e 2023, seguido por uma pequena queda em 2024. Apesar da redução no último ano, o número de matrículas em 2024 ainda é superior ao de 2022, o que indica uma tendência geral positiva no período.

#### **Gráfico 05: Quantitativo de matrículas da rede privada .**



**Fonte: SEDUC**

Entre 2022 e 2024, as matrículas de crianças em idade de creche na rede privada aumentaram de 6 para 19. Já na pré-escola privada, houve queda: de 76 para 55.

em 2022 para 55 em 2024. Os dados mostram crescimento na demanda por creches e redução nas matrículas da pré-escola na rede privada.

**Tabela 01: Taxa de matrículas por faixa etária**

<b>TAXA DE MATRÍCULA POR ETAPAS – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>					
<b>ETAPAS</b>	<b>ANO</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>ESTADUAL</b>	<b>PRIVADA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>CRECHE</b>	2022	305	0	06	311
	2023	385	0	26	411
	2024	305	0	19	324
<b>PRÉ-ESCOLA</b>	2022	388	0	76	464
	2023	401	0	58	459
	2024	388	0	55	443

**Fonte: Qedu/SEDUC**

Entre 2022 e 2023, houve um aumento significativo nas matrículas na creche, especialmente na rede municipal. No entanto, em 2024, os números caíram, voltando ao nível de 2022. Na pré-escola, observou-se uma queda gradual nas matrículas ao longo dos três anos, com estabilidade na rede municipal e redução acentuada na rede privada. A rede estadual não possui oferta nas etapas de creche e pré-escola no município.

Em 2022, um número maior de crianças iniciou na Educação Infantil. O governo trabalhou de maneira incessante para construir novas salas de aula, reformar as escolas e tornar os ambientes mais acolhedores e agradáveis. Ainda



assim, é importante que os pais e responsáveis incentivem a matrícula das crianças, para que elas possam aprender, brincar e se desenvolver com professores qualificados, em um ambiente seguro e divertido.

Em 2023, mais crianças passaram a frequentar a Educação Infantil. O governo realizou ações para conscientizar as famílias sobre a importância da escola na formação das crianças. Além disso, trabalhou com organizações para ampliar o acesso às creches e pré-escolas. Os professores também receberam capacitações para tornar as aulas mais criativas, dinâmicas e prazerosas. Ainda há necessidade de ampliar o número de vagas, especialmente para as crianças que ainda não têm acesso às creches.

Em 2024, o número de crianças matriculadas na rede municipal cresceu bastante, superando as expectativas. Neste período a Prefeitura Municipal de Mogeiro inaugurou uma nova creche para ampliar o atendimento à demanda manifesta e espontânea. As escolas passaram por melhorias, oferecendo ambientes mais adequados e atividades de qualidade, que promovem o desenvolvimento integral das crianças. As famílias participaram mais das ações escolares, fortalecendo a parceria entre escola, comunidade e responsáveis. Assim, o Sistema Municipal de Educação tem empreendido esforços para ofertar uma educação de qualidade, com cuidado, carinho e muitas oportunidades de aprendizagem para todas as crianças.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Priorizar a construção ou adequação de creches na zona rural, considerando a alta densidade populacional nessa área (55% da população).

- Ampliar programas de formação continuada focados na educação infantil, com ênfase em práticas lúdicas e inclusivas, especialmente para professores das escolas rurais multisseriadas.

- Negociar com a União e o Estado maior aporte de recursos via FUNDEB para financiar a expansão da educação infantil.

- Implementar o sistema de monitoramento previsto no PME (art. 5º) para acompanhar o cumprimento da meta, com relatórios anuais divulgados à comunidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

A Meta 1 para a Educação Infantil no PME de Mogeiro é estratégica para promover o acesso universal e a qualidade na primeira etapa da educação básica, alinhando-se às diretrizes nacionais e às necessidades locais. A trajetória da Educação Infantil em Mogeiro-Pb evidencia o compromisso da gestão municipal com uma educação de base sólida, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral das crianças. Com a continuidade e o aperfeiçoamento das ações implementadas, é possível alcançar avanços ainda mais expressivos nos próximos anos.

Nos últimos três anos, a Educação Infantil no município apresentou progressos importantes, especialmente na ampliação do acesso, na qualificação dos profissionais e na melhoria das práticas pedagógicas. Ainda assim, persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação continuada dos educadores e ao fortalecimento de estratégias que garantam o pleno desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida.

**META 2 - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove ) anos para toda a população de 6(seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada,até o último ano de PME.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O presente relatório trata do período compreendido entre 2022 a 2024, onde será avaliado o Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica, com duração de 9 anos, atendendo estudantes de 6 a 14 anos, bem como jovens e adultos que não concluíram essa etapa na idade adequada. A matrícula é obrigatória para crianças que completam 6 anos até 31 de março, conforme a Lei nº 11.274/2006.

No município, diversas ações são realizadas para garantir o acesso e permanência dos estudantes na escola: divulgação de matrículas, distribuição de materiais e fardamento, transporte escolar, visitas domiciliares e acompanhamento da frequência escolar vinculada ao Programa Bolsa Família.

Na rede municipal de Mogeiro, não há registros da presença de populações indígenas. Mas mesmo com a ausência dessa comunidade no município, a rede municipal promove uma educação inclusiva e intercultural que valoriza a diversidade cultural do país, preparando os estudantes para conviverem em uma sociedade plural. O município possui uma comunidade Quilombola conhecida como Matão, mas por opção de seus integrantes, são assistidos educacionalmente pelo município de Gurinhém, em virtude da proximidade. O Município desenvolve políticas e ações específicas para fortalecer a oferta educacional, com o compromisso da rede escolar com o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto na legislação vigente (Constituição Federal de 1988, art.215 e 2016 e Lei nº 11.645/2008).

## **DADOS E ANÁLISE**

A rede municipal está organizada nos anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano). Em 2022 foram atendidos 1.970 estudantes em 21 escolas, sendo 19 na zona rural e 02 na urbana. Em 2023, o número caiu para 1.913 alunos. Em 2024, 1.870, o número teve uma queda considerável (2.974 nos anos iniciais e 2.770 nos finais). Foram atendidos 318 estudantes na rede privada, nos anos iniciais em 01 escola. Em 2022, foram atendidos 115 estudantes. Em 2023, o número caiu para 109 estudantes, e em 2024, o número teve uma queda considerável de 94 estudantes.

**Tabela 02 - Quantidade de estudantes matriculados no município no período de 2022 à 2024**

<b>TAXA DE MATRÍCULA POR ETAPAS - ANOS INICIAIS E FINAIS</b>					
<b>ETAPAS</b>	<b>ANO</b>	<b>MUNICIPAL</b>	<b>ESTADUAL</b>	<b>PRIVADA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANOS INICIAIS</b>	<b>2022</b>	<b>1024</b>	<b>-</b>	<b>94</b>	<b>1118</b>
	<b>2023</b>	<b>966</b>	<b>-</b>	<b>109</b>	<b>1075</b>
	<b>2024</b>	<b>986</b>	<b>-</b>	<b>115</b>	<b>1101</b>
<b>ANOS FINAIS</b>	<b>2022</b>	<b>946</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>2023</b>	<b>947</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>2024</b>	<b>884</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Oedu/ SEDUC

As escolas têm recebido melhorias com apoio do MEC/FNDE e recursos próprios, como reformas, novos equipamentos, acervos culturais e didáticos. Porém, ainda carecem de ampliação e manutenção em várias unidades.

A Proposta Curricular, adotada a partir do convênio com a Secretaira de Educação Estadual, vai além dos objetos de conhecimentos, contemplando valores, atitudes e práticas sociais no cotidiano escolar. Um dos principais desafios apontados é a distorção idade-série, que requer planejamento e ações emergenciais para correção dessa problemática através de Progressão dentro sistema..

Apesar dos desafios inerentes à implementação do Plano Municipal de Educação, o município de Mogeiro tem demonstrado avanço significativos estabelecendo boas práticas que merecem destaque. Essas iniciativas bem sucessivas e programas eficazes oferecem lições valiosas para o aprimoramento contínuo do PME no que tange ao Ensino Fundamental.

**Gráfico 06 - Quantidade de estudantes matriculados nos anos iniciais no município no período de 2022 à 2024.**



**Fonte: SEDUC**

Com base nos dados representados no gráfico “Número de Alunos por Ano”, observa-se uma variação no total de estudantes matriculados entre os anos de 2022 a 2024. Em 2022, o número total de alunos foi de 1.024. Já em 2023, houve uma redução significativa para 966 alunos, representando uma queda aproximada de 5,66%. Em 2024, verifica-se uma leve recuperação no número de matrículas, que subiu para 986, configurando um crescimento de 2,07% em relação ao ano anterior, embora ainda abaixo dos números de 2022.

Essa oscilação nas matrículas pode ser analisada à luz das metas e diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Mogeiro. O PME prevê, como uma de suas diretrizes centrais, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, melhoria da qualidade do ensino e valorização da permanência dos estudantes no sistema educacional.

A queda no número de alunos entre 2022 e 2023 pode estar relacionada a diversos fatores apontados no diagnóstico do PME, como dificuldades estruturais na rede escolar, evasão escolar, migração de famílias, ou até a redução da taxa de natalidade. Além disso, o plano destaca desafios históricos enfrentados pelo município, ainda enfrenta como o transporte escolar inadequado em áreas rurais, por exemplo apesar nos últimos anos os transportes escolar no município ter feito aquisição/ampliação nas áreas serranias, a insuficiência de vagas em creches, e as

altas taxas de distorção idade-série, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

O crescimento registrado em 2024, ainda que modesto, pode indicar os efeitos iniciais de políticas públicas de incentivo à permanência e acesso escolar, como a busca ativa de alunos, ampliação de infraestrutura escolar e campanhas de matrícula promovidas pela Secretaria Municipal de Educação. No entanto, é necessário que esse aumento seja interpretado com cautela, pois o número de matriculados ainda não atingiu os patamares anteriores.

Conforme o artigo 5º do PME, os dados de matrícula devem ser objeto de monitoramento contínuo e servir como base para a revisão e readequação das estratégias educacionais. Nesse sentido, o gráfico apresentado funciona como um importante indicador para que as instâncias de gestão e controle social – como o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação – intensifiquem ações voltadas à efetiva universalização do ensino e à garantia do direito à educação para todos os cidadãos mogeirenses.

**Gráfico 07 - Quantidade de estudantes matriculados nos anos finais no município no período de 2022 à 2024.**



Fonte: SEDUC

O gráfico apresentado demonstra a variação no número de matrículas dos anos finais do Ensino Fundamental no município de Mogeiro. Em 2022, o número de alunos foi de 946, subindo ligeiramente para 947 em 2023. Contudo, em 2024, observa-se uma queda expressiva para 884 alunos, representando uma redução de aproximadamente 6,65% em relação ao ano anterior.

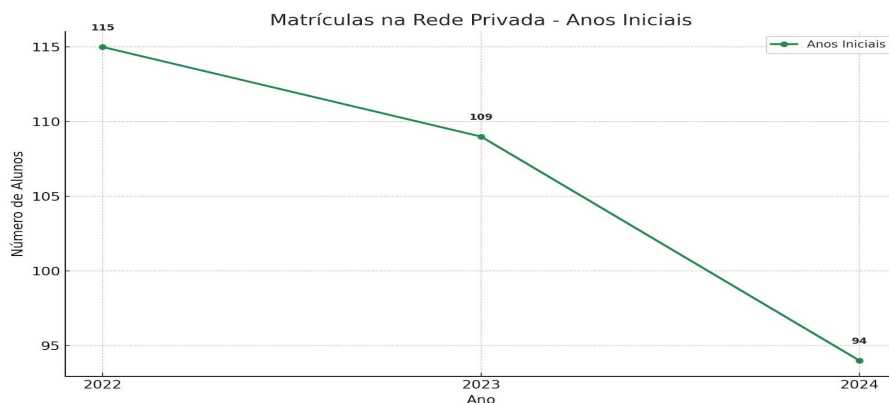
Esta diminuição no número de matrículas nos anos finais é um indicativo de desafios estruturais e pedagógicos que já haviam sido identificados no diagnóstico do Plano Municipal de Educação (PME), como a distorção idade-série elevada, a evasão escolar, e a necessidade de ampliação do acesso à educação no campo com qualidade e permanência. O próprio PME reconhece a necessidade de ações emergenciais para conter esses índices e garantir a universalização do ensino obrigatório dos 6 aos 14 anos.

Em seu Art. 2º, o PME estabelece como diretrizes centrais a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais, e a melhoria da qualidade da educação. A queda nas matrículas, sobretudo após um ano de estabilidade, desafia diretamente essas metas.

Além disso, o plano destaca a urgência de ampliar a rede física, formar professores, adequar o transporte escolar, e implantar ações de reforço e aceleração da aprendizagem para minimizar a distorção idade-série – que, segundo os dados do próprio plano, chega a atingir mais de 40% dos alunos nos anos finais.

Dessa forma, recomenda-se que os dados evidenciados no gráfico sejam incorporados no processo de monitoramento e avaliação contínua do PME, conforme previsto no Art. 5º da Lei nº 256/2015, subsidiando ajustes estratégicos para garantir a permanência, o sucesso escolar e o cumprimento das metas educacionais estabelecidas para o município.

**Gráfico 7 - Quantidade de estudantes matriculados na rede privada no período de 2022 à 2024**



**Fonte: Seduc**

O gráfico acima apresenta uma tendência de queda no número de alunos matriculados na rede privada do Ensino Fundamental nos anos iniciais, no período de 2022 a 2024. Em 2022, foram registradas 115 matrículas, número que caiu para 109 em 2023 e, posteriormente, para 94 em 2024. Essa redução representa uma diminuição de aproximadamente 18,3% no período analisado, o que pode indicar uma mudança significativa no comportamento das famílias em relação à escolha da rede de ensino.

Essa queda nas matrículas pode estar relacionada a diversos fatores, como a migração de alunos da rede privada para a rede pública, impulsionada por questões econômicas e sociais que afetam diretamente o poder aquisitivo das famílias. Também pode refletir melhorias na oferta da educação pública municipal, tornando-a mais atrativa e acessível.

A análise do gráfico indica a necessidade de ampliar a capacidade da rede pública municipal para atender à possível demanda crescente. Além disso, o planejamento educacional deve prever ações voltadas à qualidade do ensino, infraestrutura adequada e valorização dos profissionais da educação, assegurando condições para acolher esse público com equidade e eficiência.

Apesar dos avanços registrados em alguns indicadores educacionais, diversas estratégias previstas no PME de Mogeiro não foram plenamente executadas, especialmente aquelas voltadas à inclusão, equidade e inovação pedagógica. A seguir, destacam-se os principais pontos:



A Educação no Campo, Indígena e Quilombola - A estratégia de estimular a oferta do ensino fundamental nas próprias comunidades rurais e tradicionais não foi efetivada de forma abrangente. O diagnóstico do PME já apontava a predominância do ensino na zona urbana e o uso de transporte escolar insuficiente para nossa realidade, e mesmo aumentando a frota de ônibus: em 2022 foram adquiridos 02 ônibus grande, em 2023, 01 micro ônibus, no ano de 2024, 02 micro ônibus e em 2025 foram adquiridos 02 ônibus Marruás escolar, adaptados, ainda existem (“pau de arara”), revelando que a educação do campo ainda carece de estrutura e investimento. Não há menção à oferta específica para populações indígenas ou quilombolas, o que indica um vazio na política de inclusão desses grupos.

Desenvolvimento Esportivo Escolar – A falta de um plano estruturado de incentivo ao esporte nas escolas e a ausência de atividades interligadas a um projeto de desenvolvimento esportivo indicam que essa estratégia não avançou. Porém, em anos anteriores desse período avaliado houve a parceria com Instituto Alpargatas com o Programa Educação pelo Esporte, incentivando a permanência dos estudantes nas escolas, a falta da continuação do mesmo na prática limitou o desenvolvimento físico, social e de trabalho em equipe dos estudantes.

Alfabetização e Articulação com a Pré-Escola - A estratégia de estruturar a alfabetização nos anos iniciais, articulada à pré-escola, com formação e valorização de alfabetizadores, não foi concretizada com eficácia. Persistem desafios na proficiência em leitura e escrita, apontados inclusive nas avaliações externas e diagnósticos locais.

Avaliação Periódica e Monitoramento da Alfabetização - Não foram criados instrumentos específicos locais de avaliação anual da alfabetização. A ausência desses instrumentos compromete o acompanhamento do processo e a adoção de medidas pedagógicas eficazes para promover a alfabetização plena até o 2º ano.

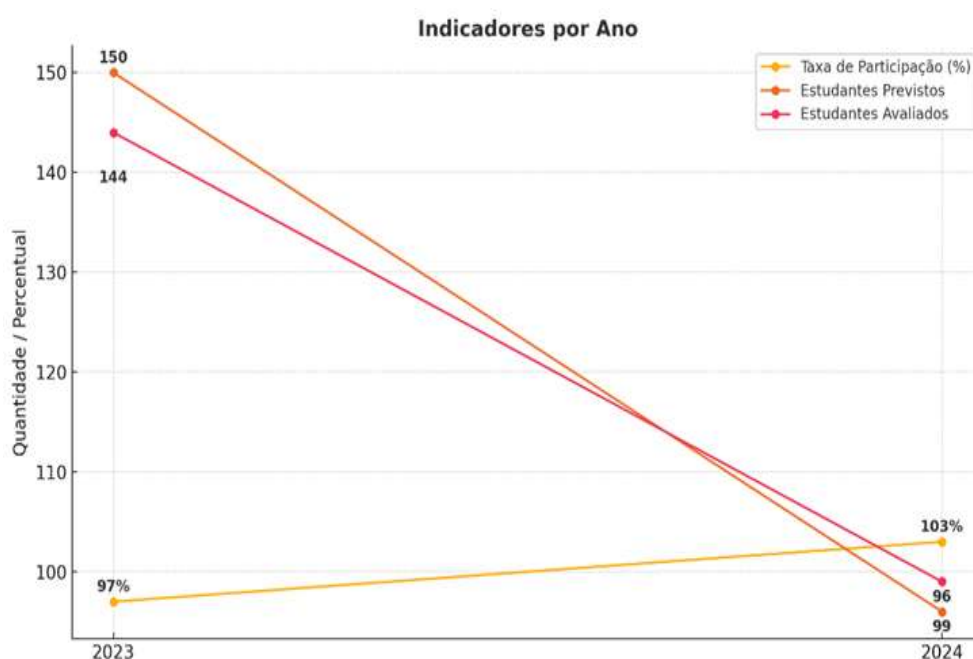
Inovações Pedagógicas e Alfabetização Inclusiva - As práticas pedagógicas inovadoras para alfabetização ainda não foram integradas de forma ampla. Também não há evidência do desenvolvimento de materiais específicos para crianças com deficiência ou surdez, incluindo alfabetização bilíngue (Libras e português), contrariando o princípio da educação inclusiva plena.

As estratégias acima citadas refletem áreas sensíveis não efetivadas no decênio de vigência do PME, indicando a necessidade de revisão, redirecionamento de investimentos e pactuação federativa mais eficaz. A priorização dessas ações é essencial para que o próximo ciclo do Plano Municipal de Educação consiga garantir equidade, qualidade e inclusão real no ensino fundamental do município de Mogeiro.

### Meta 5 - Alfabetização Infantil

**Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental**

#### Gráfico 08- Taxa de rendimento

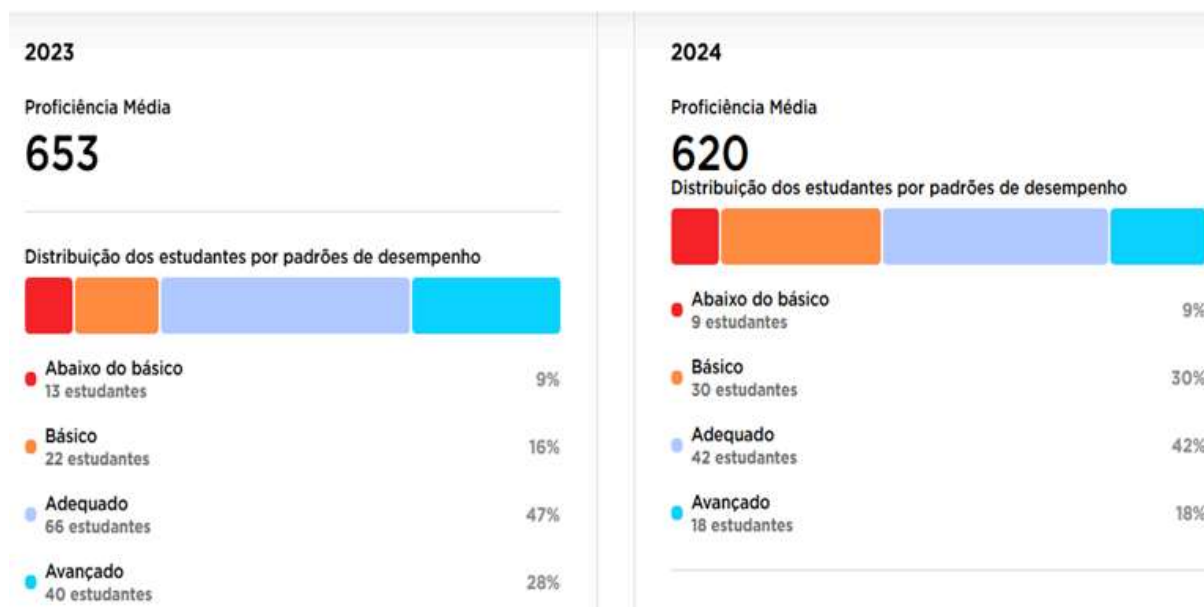


Fonte: <https://avaliacaoemontoramentoparaiba.caeddigital.net/> SEDUC

O gráfico referente à Meta 5 do Plano Municipal de Educação (PME), que trata da alfabetização na idade certa, apresenta a evolução de três indicadores nos anos de 2023 e 2024: taxa de participação, número de estudantes previstos e número de estudantes avaliados. Em 2023, estavam previstos 150 estudantes para avaliação, dos quais 144 foram efetivamente avaliados, resultando em uma taxa de participação de 97%. Já em 2024, houve uma redução no número de estudantes previstos (99) e avaliados (96), porém a taxa de participação aumentou para 103%, superando a meta esperada. Apesar da diminuição no total de estudantes, o

aumento da taxa de participação indica uma maior mobilização e eficácia na realização das avaliações, apontando para avanços na implementação das ações voltadas à alfabetização no tempo adequado.

**Tabela 03 - Proficiência em leitura**



Fonte: <https://avaliacaoemontoramentoparaiba.caeddigital.net/>

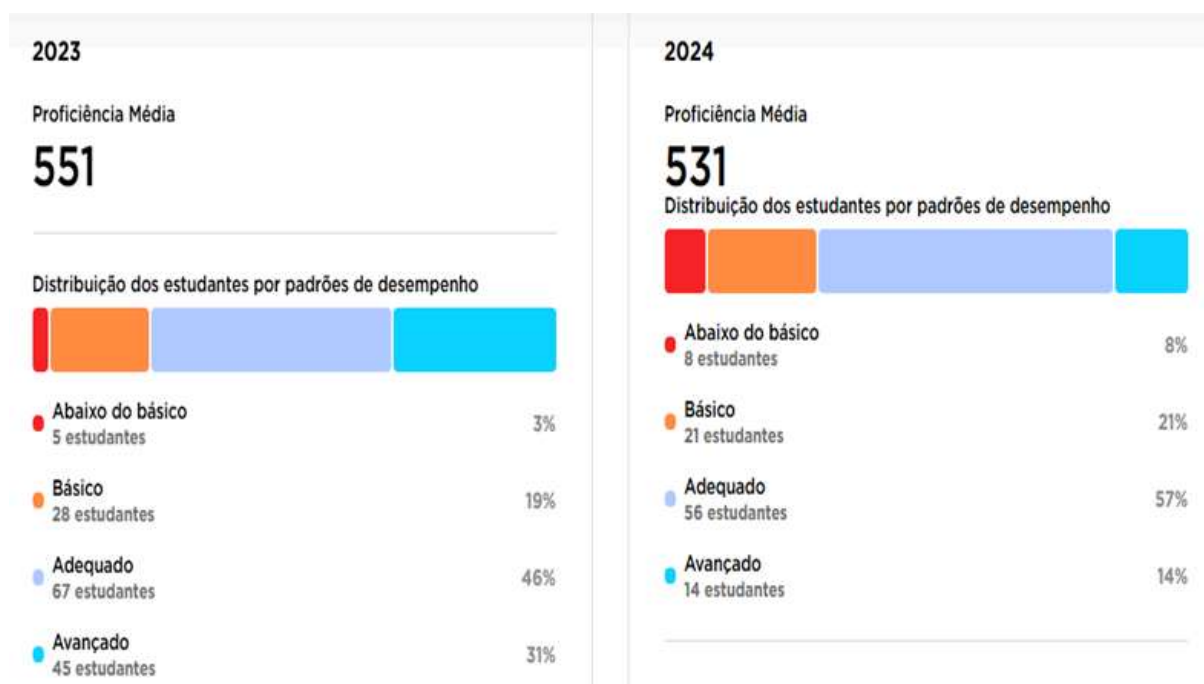
No contexto da Meta 5 do Plano Municipal de Educação (PME), que visa garantir a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, os dados de proficiência em leitura nos anos de 2023 e 2024 mostram uma tendência de queda no desempenho geral, com mudanças significativas na distribuição dos estudantes por níveis de desempenho.

Em 2023, a proficiência média em leitura foi de 653 pontos, com a maioria dos estudantes concentrada nos níveis Adequado (47%) e Avançado (28%), totalizando 75% dos estudantes dentro ou acima do padrão esperado de leitura. Apenas 9% estavam abaixo do básico, um percentual ainda preocupante, mas estável.

Já em 2024, houve uma redução da proficiência média para 620 pontos. O percentual de estudantes no nível Avançado caiu para 18%, e o grupo no nível Básico aumentou significativamente para 30%, indicando uma queda na qualidade

da leitura entre os estudantes. A proporção de estudantes Abaixo do Básico permaneceu em 9%, mostrando que, embora o número de alunos com maiores dificuldades não tenha aumentado, houve uma regressão no desempenho dos alunos que estavam nos níveis mais altos.

**Tabela 04 - Alfabetização Matemática**



Fonte: <https://avaliacaoemonitoramentoparaiba.caeddigital.net/>

A Meta 5 do Plano Municipal de Educação (PME), que trata da alfabetização em matemática de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, apresenta um panorama misto ao se analisar os dados dos anos de 2023 e 2024.

Em 2023, a proficiência média dos estudantes foi de 551 pontos, com a maior parte dos alunos concentrada nos níveis Adequado (46%) e Avançado (31%), totalizando 77% dos estudantes dentro ou acima do nível esperado de alfabetização. Apenas 3% estavam abaixo do básico, o que indicava um bom desempenho geral.

Já em 2024, houve uma queda na proficiência média para 531 pontos. Apesar disso, a proporção de estudantes no nível Adequado aumentou para 57%, o que demonstra um esforço de consolidação na faixa de desempenho esperado. No

entanto, a quantidade de alunos no nível Avançado caiu para 14%, e a parcela de estudantes abaixo do básico aumentou para 8%, o que é um sinal de alerta.

Esse cenário sugere que, embora mais alunos estejam atingindo o patamar mínimo desejável de alfabetização, há uma perda de desempenho nos níveis mais altos e um leve crescimento na defasagem. Ou seja, o sistema parece estar conseguindo universalizar a alfabetização em termos básicos, mas ainda enfrenta desafios para elevar a qualidade e garantir avanços mais expressivos. Porém, no ano de 2023, através do Sistema de Avaliação do Estado da Paraíba (SIAVE), através do Regime de Colaboração, no ano de 2024, o município recebeu o Selo Referência em Aprendizagem na Alfabetização, tendo como destaque duas escolas da zona rural.

Portanto, o contexto geral da Meta 5 evidencia avanços importantes na inclusão e no alcance dos níveis mínimos de alfabetização. No entanto, os dados também revelam a necessidade de aprimorar a qualidade do ensino, com foco na elevação dos níveis de proficiência e na redução das desigualdades de aprendizagem. Para isso, é fundamental fortalecer as práticas pedagógicas, intensificar o acompanhamento individualizado dos estudantes e investir de forma contínua na formação dos docentes. Assim, será possível promover não apenas o acesso à alfabetização, mas também sua consolidação de maneira efetiva e com excelência.

## **RECOMENDAÇÕES**

Necessita de intensificação de políticas públicas educacionais, como:

Melhorar a qualidade pedagógica (implementação de mecanismos de avaliação de professores do Ensino Fundamental, com o objetivo de detectar e corrigir eventuais falhas do processo de ensino e aprendizagem).

Fortalecer os Sistemas de dados locais (investir no desenvolvimento e na manutenção de sistema robusto de coleta, processamento e análise de dados educacionais em nível municipal).

Criar estratégias para impulsionar o desenvolvimento de Tecnologias Educacionais e Práticas Pedagógicas Inovadoras na Educação Fundamental ( é fundamental superar as lacunas existentes e implementar estratégias focadas na integração, capacitação e colaboração).

Monitorar o progresso, acompanhar de perto o avanço de cada estudante, registrando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita para ajustar as estratégias pedagógicas conforme necessário.

Oferecer formação continuada a professores da rede ( treinamento prático no uso de diversas ferramentas e plataformas digitais, desde softwares educativos até recursos de realidade virtual).

Manter uma comunicação clara e frequente com as famílias sobre o progresso das crianças na alfabetização e oferecer orientações sobre como elas podem apoiar esse processo em casa (por exemplo, lendo para as crianças, conversando sobre livros).

Oferecer o acesso a livros e materiais de leitura de qualidade nas escolas, com bibliotecas bem equipadas e ambientes acolhedores que incentivem o hábito da leitura.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA META**

O Plano Municipal de Educação de Mogeiro representa um compromisso fundamental com o desenvolvimento educacional, demonstrando alinhamento com as Diretrizes e metas nacionais estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. A avaliação do período analisado revela avanços notáveis em áreas como a universalização do acesso ao Ensino Fundamental e a implementação de iniciativas de educação integral em algumas unidades escolares. No entanto, persistem desafios significativos que requerem atenção estratégicas.

De acordo com a meta 2 do Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos, abrange na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos, a meta é garantir pelo menos que 95%, conclua essa etapa na idade recomendada, o município tem direcionado esforços e iniciativas de modo a incentivar a matrícula/ permanência dos

estudantes nas escolas, através da Lei nº 403/2023, Institui a Política Municipal de Busca Ativa e o Programa Complementar (APC) para estudantes da Educação Básica, que ainda não estão com as habilidades do ano consolidadas; porém dados revelam a necessidade de ações emergenciais no que se refere à distorção idade-ano em algumas escolas da rede municipal.

Análise de dados, discussão e intervenção são palavras chaves que direcionam as ações da Secretaria Municipal de Educação, aliada a resolução de situações desafiadoras que necessitam de respostas a curto prazo de modo a garantir a qualidade do ensino, a aprendizagem, permanência e conclusão.

A meta projetada foi atingida parcialmente (está em processo), porém cientes de que os direcionamentos realizados nesse sentido não objetivam apenas resultados quantitativos, mas qualitativos também; e estes não são os resultados que objetivamos, o município tem realizado ações em prol de uma educação de qualidade com todos e para todos.

**2. Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.**

**META - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DA META**

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Trata-se de um modelo educacional que reconhece e valoriza a diversidade humana, garantindo o direito de todas as pessoas à aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais. Mais do que a simples inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares, a inclusão pressupõe a criação de ambientes acessíveis, acolhedores e adaptados às necessidades de cada indivíduo, promovendo o respeito às diferenças e o desenvolvimento pleno de todos.

No Brasil, esse compromisso está fundamentado em um conjunto de legislações que asseguram o direito à educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 estabelece, em seu artigo 4º, o dever do Estado em garantir o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. Complementando essa legislação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) — também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) — reforça o direito das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade, em igualdade

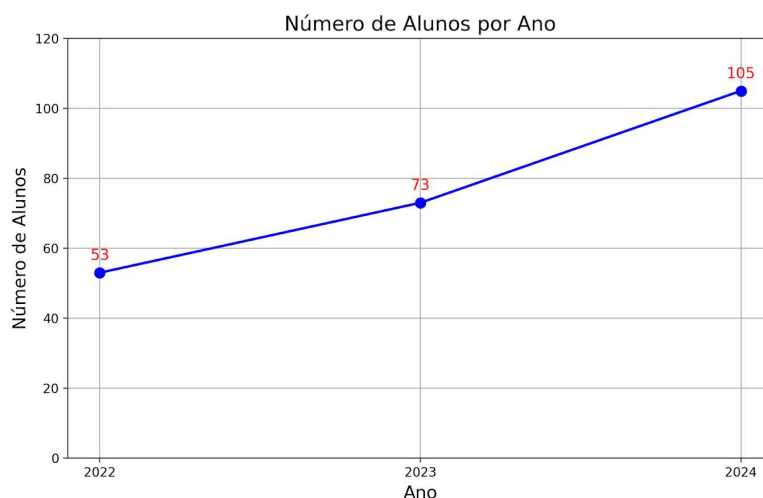


de condições com os demais, e impõe a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais nos ambientes educacionais.

De acordo com a meta 3.3.2 instituída pelo PME que propõe a universalização do acesso à educação e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Além disso, destaca-se o compromisso com a inclusão educacional, com garantia de um sistema educacional inclusivo e suporte adequado, como salas de recursos multifuncionais e serviços especializados.

## DADOS E ANÁLISE

**Gráfico 09: Número de alunos matriculados em sala de recursos multifuncionais.**



**Fonte: SEDUC**

No ano de 2022, foram matriculados 53 estudantes com laudo. Houve importantes iniciativas voltadas para a inclusão e o atendimento às necessidades desses alunos. No entanto, apesar dos avanços obtidos, ainda persistem desafios, especialmente no que se refere à frequência escolar, à motivação dos estudantes e às limitações na formação continuada dos professores para lidar adequadamente com as demandas educacionais específicas.

No ano de 2023, foram implementadas diversas ações de sensibilização voltadas às famílias e à comunidade escolar, além do estabelecimento de parcerias com organizações locais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Equipe Multidisciplinar. Essas iniciativas tiveram como objetivo ampliar a participação, o acompanhamento e o apoio aos estudantes, bem como proporcionar a oferta de cuidadoras para o atendimento de alunos com deficiência em salas de aula regulares.

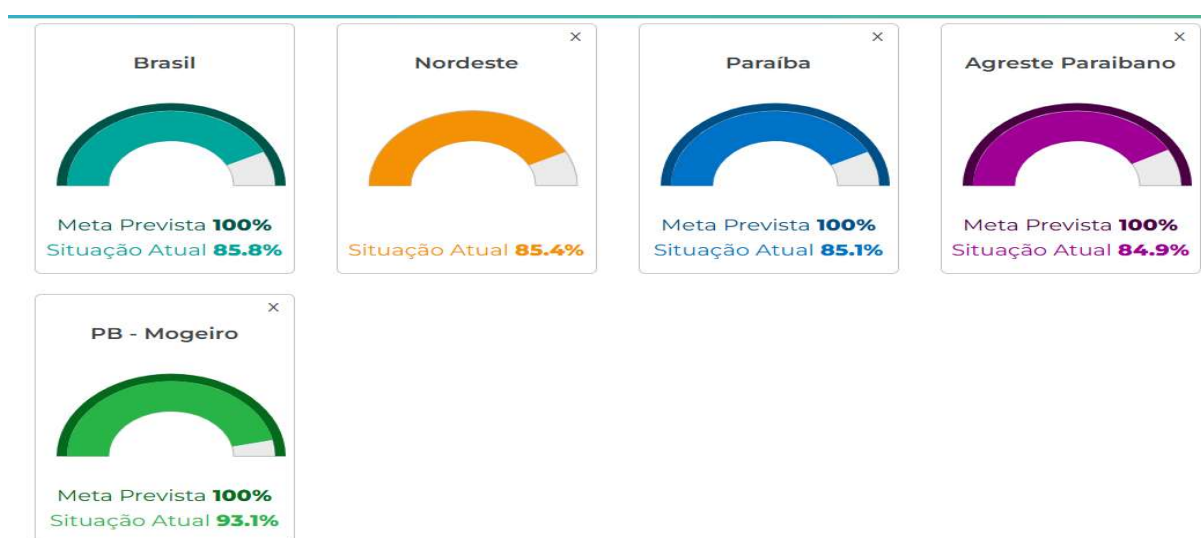
Paralelamente, investiu-se na melhoria da qualidade do ensino por meio da realização de capacitações específicas para os professores e da introdução de novas metodologias pedagógicas, visando qualificar o atendimento educacional e promover práticas mais inclusivas e eficientes.

Em 2024, os dados apontaram um aumento no número de matrículas nas salas de recursos multifuncionais. Nesse período, prosseguiu com as ações de acompanhamento e suporte aos estudantes, constatando um crescimento significativo na participação da comunidade e no envolvimento das famílias, foram fatores que contribuíram para a obtenção de melhores resultados educacionais e dos avanços obtidos.

Observa-se, ainda, que o número de estudantes matriculados na rede municipal de ensino de Mogeiro, com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, apresentou um crescimento relevante entre os anos de 2022 e 2024. Nesse intervalo, o quantitativo de matrículas efetivadas com laudo aumentou aproximadamente 98,11%, evidenciando importantes avanços no processo de inclusão e reafirmando o compromisso do município com a garantia do direito à educação para todos.

**Gráfico 10: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.**

Indicador 4A-Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola



**Fonte: QEdu**

O gráfico apresentado evidencia o percentual de crianças e adolescentes com deficiência, entre 4 e 17 anos, que estão matriculados na escola, comparando o desempenho do Brasil, da região Nordeste, do estado da Paraíba, da região do Agreste Paraibano e do município de Mogeiro.

Portanto, observa-se que nenhum dos recortes territoriais alcançou a meta prevista de 100%, revelando que ainda existem desafios significativos para garantir o direito à educação inclusiva de forma plena. Mas, o município de Mogeiro se destaca de maneira bastante positiva, apresentando um percentual de 93,1%, o que representa um avanço significativo em relação às demais esferas analisadas.

### Gráfico 11: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos.

Indicador 4B-Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica



Fonte: QEdu

O gráfico acima traduz o percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades ou Superdotação em classes comuns da educação básica a nível Nacional, Regional, Estadual e Municipal comprovando que:

O município de Mogeiro tem se destacado como referência positiva no cenário educacional, especialmente no que diz respeito à garantia do acesso pleno dos estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns, conforme determina a legislação vigente. A experiência de Mogeiro demonstra que, com planejamento e compromisso, é possível promover uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

### RECOMENDAÇÕES

- Investir continuamente em estratégias de motivação e permanência dos estudantes no ambiente escolar, visando garantir sua participação, desenvolvimento pleno e conclusão das etapas de ensino.
- Ampliar o número de salas de recursos multifuncionais, assegurando que essas unidades especializadas estejam localizadas em pontos estratégicos, próximas à residência dos estudantes público-alvo da educação especial, facilitando o acesso e a permanência desses educandos.
- Ofertar formação continuada aos professores das salas de recursos multifuncionais, contemplando atualização sistemática sobre práticas pedagógicas inclusivas, legislação vigente, recursos didáticos acessíveis e inovações tecnológicas voltadas à educação especial.
- Fomentar o uso de tecnologias assistivas no ambiente escolar, incluindo softwares de leitura, ampliadores de tela, comunicadores alternativos e outros recursos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, sociais e de autonomia para os estudantes com deficiência.
- Manter e fortalecer o trabalho intersetorial entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social (CRAS e CREAS), Conselho Tutelar e demais órgãos parceiros, garantindo o atendimento integral, articulado e efetivo aos estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Estabelecer e incentivar a parceria entre o professor da sala regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado, promovendo o planejamento pedagógico colaborativo, a troca de informações e a construção de estratégias conjuntas que favoreçam o processo de inclusão, respeitando as necessidades e potencialidades de cada estudante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

A educação inclusiva na Rede Municipal de Ensino tem se consolidado, ao longo dos anos, como um modelo comprometido com a promoção de uma educação

equitativa, acessível e de qualidade para todos. Garantindo que cada criança e adolescente tenha assegurado o direito à escolarização, com o suporte adequado às suas necessidades específicas, configura-se como condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Para a efetivação desse compromisso, faz-se necessária a implementação de políticas públicas intersetoriais, de forma articulada e contínua, bem como o investimento na formação permanente dos profissionais da educação e na ampliação das condições físicas, pedagógicas e tecnológicas das unidades escolares, visando à eliminação de barreiras que possam comprometer o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Dessa forma, é fundamental que o município mantenha e aprimore as medidas sistemáticas já adotadas para a identificação precoce dos estudantes público-alvo da Educação Inclusiva, assegurando o acompanhamento individualizado e contínuo de suas trajetórias escolares. Ressalta-se, ainda, a relevância de ações permanentes de sensibilização e de mobilização da comunidade escolar e das famílias, promovendo a valorização da convivência na diversidade e o fortalecimento da cultura do respeito às diferenças.

## **METAS**

- 1. Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.**
- 2. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**
- 3. Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental na forma integrada à educação profissional.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DA META**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Mogeiro-PB desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e na garantia do direito à educação para toda a população. A cidade tem se dedicado a oferecer oportunidades de aprendizagem para aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade na educação formal na idade adequada.

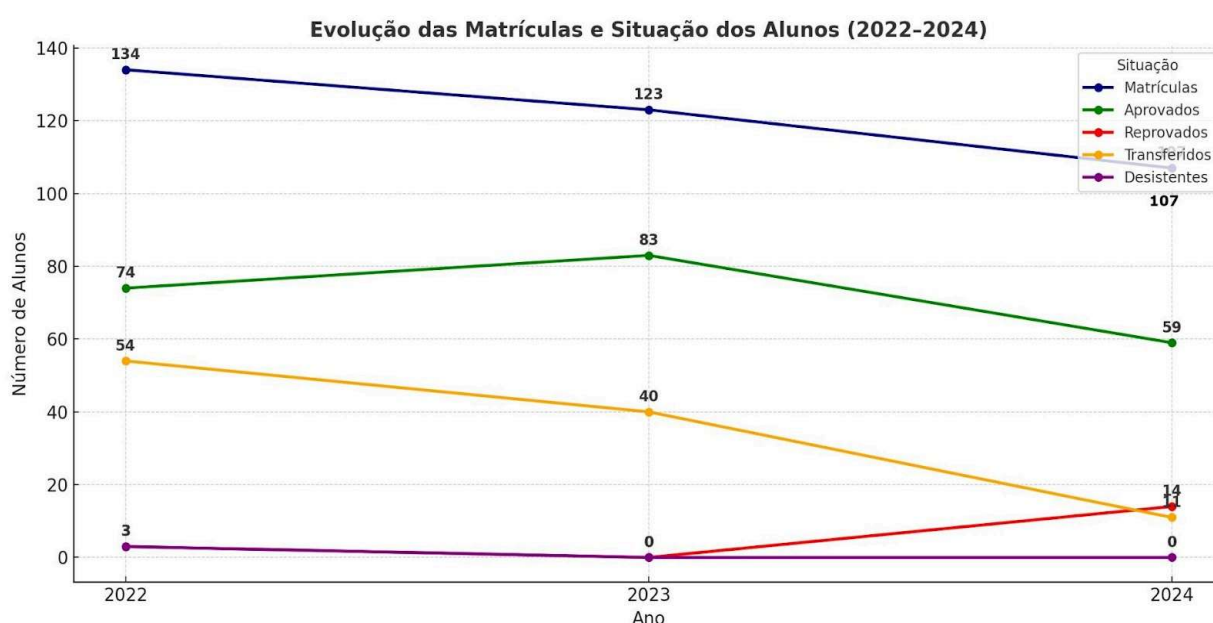
Nos últimos anos, a EJA tem buscado ampliar o acesso, melhorar a qualidade do ensino e fortalecer a participação da comunidade. Diversas ações têm sido implementadas, como campanhas de sensibilização, parcerias com organizações locais e capacitações para os professores, visando tornar o ambiente escolar mais acolhedor e motivador para os estudantes adultos.

Apesar dos avanços, ainda enfrentamos desafios, como a necessidade de aumentar a frequência escolar, reduzir a evasão e oferecer suporte específico para

os estudantes que enfrentam dificuldades. A gestão municipal tem trabalhado continuamente para superar esses obstáculos, promovendo uma educação mais inclusiva, acessível e de qualidade para todos os moradores de Mogeiro.

## DADOS E ANÁLISES

### Gráfico -



Fonte: SEDUC

#### • 2022

Em 2022, foram matriculados aproximadamente 134 estudantes na EJA, tivemos um bom número de estudantes matriculados, o que indica um interesse e uma demanda considerável por essa modalidade de ensino em Mogeiro.

#### • 2023

No ano de 2023, observamos uma diminuição na quantidade de estudantes matriculados. Essa redução pode estar relacionada a diversos fatores, como dificuldades de acesso, problemas de motivação, introdução de novas



metodologias de ensino ou até mesmo questões externas que impactaram a permanência dos estudantes, como mudanças na rotina, dificuldades financeiras ou falta de apoio adequado.

## **2024**

Em 2024, os números mostram uma estabilização, porém em um patamar mais baixo, com cerca de 84 estudantes. Essa redução mais acentuada pode indicar que, apesar dos esforços, ainda há desafios a serem enfrentados para manter os estudantes na escola. Pode ser necessário fortalecer ações de motivação, apoio pedagógico e de acompanhamento para incentivar a permanência e o engajamento desses estudantes.

A queda nas matrículas ao longo dos anos é um sinal de que é importante continuar investindo em estratégias que promovam a inclusão, o suporte e a motivação dos estudantes da EJA. Além disso, é fundamental entender as causas específicas dessa redução para desenvolver ações direcionadas que possam reverter essa tendência e ampliar o número de estudantes que acessam e permanecem na educação.

A realidade nos mostra que não basta apenas garantir o acesso; é necessário estabelecer uma política pública consistente de funcionamento, que vise atender às demandas com qualidade. Nesse contexto, também é importante considerar a formação e o perfil dos professores que atuam na modalidade da EJA. Muitos desses profissionais trabalham na educação de jovens e adultos sem afinidade ou especialização na área, o que pode impactar na motivação, na metodologia aplicada e na qualidade do ensino oferecido.

Investir na formação continuada, valorizar esses profissionais e promover ações de apoio específicas são passos essenciais para fortalecer a atuação dos professores na EJA, contribuindo para uma educação mais inclusiva, motivadora e de qualidade, capaz de atrair e reter mais estudantes.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Intensificar campanhas de sensibilização na comunidade.
- Investir na formação continuada dos professores.
- Promover busca ativa de jovens da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
- Desenvolver ações específicas para reduzir a evasão escolar.
- Fortalecer parcerias com organizações locais para ampliar o suporte aos estudantes.
- Estabelecer parcerias com a comunidade e o setor produtivo: Incentivar parcerias com empresas, associações e organizações locais para oferecer oportunidades de estágio, emprego ou capacitação profissional, mostrando a relevância da educação na prática.
- Aumentar a oferta de horários flexíveis: Disponibilizar turmas em horários variados, incluindo à noite ou nos finais de semana, para facilitar a participação de quem trabalha ou tem outras responsabilidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

A trajetória da EJA em Mogeiro-PB demonstra o compromisso da gestão municipal em promover uma educação inclusiva e de qualidade. Embora tenhamos visto uma diminuição nas matrículas, esses dados também representam uma oportunidade de reflexão e aprimoramento das nossas ações. Com o envolvimento de toda a comunidade, das escolas e do poder público, podemos criar um ambiente mais acolhedor e motivador, incentivando mais jovens e adultos a retomarem seus estudos e conquistarem seus objetivos.

Ao longo desses três anos, a Educação de Jovens e Adultos em Mogeiro-PB apresentou avanços significativos, especialmente na ampliação do acesso e na qualificação do ensino. Contudo, persistem desafios relacionados à retenção dos estudantes e à necessidade de fortalecer as ações de apoio e motivação.

Outro ponto fundamental para o sucesso da EJA são os professores e demais profissionais que atuam nessa modalidade. Esses profissionais desempenham um papel crucial na motivação, no acompanhamento individualizado e na criação de um ambiente acolhedor e estimulante. Investir na formação continuada, valorizar suas habilidades e promover metodologias inclusivas são ações essenciais para que possam atender às necessidades específicas dos estudantes adultos, contribuindo para uma aprendizagem mais efetiva e significativa.

Acreditamos que, com o esforço conjunto da comunidade, das escolas e do poder público, a EJA em Mogéiro continuará evoluindo, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, profissional e social de seus estudantes.

**META - Garantir a oferta da Educação Básica para a população do campo promovendo às adaptações necessárias às peculiaridades locais, conforme Resolução CNE/ CEB1 / 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação de Mogeiro-PB, esta avaliação tem como objetivo analisar os avanços, desafios e ações desenvolvidas na modalidade da Educação do Campo nos anos de 2022, 2023 e 2024. Considerando o diagnóstico apresentado no PME, que aponta a predominância de escolas localizadas na zona rural, muitas delas com turmas multisseriadas e infraestrutura ainda limitada, esta avaliação busca verificar como tem se dado o atendimento educacional aos sujeitos do campo, especialmente no que diz respeito à garantia do acesso, permanência, contextualização pedagógica e valorização da identidade rural. A análise permitirá identificar o que foi efetivado até o momento, bem como apontar caminhos para o fortalecimento dessa modalidade de ensino, respeitando suas especificidades e assegurando o direito à educação de qualidade para as populações do campo.

## **DADOS E ANÁLISE**

A Meta 3.5 do Plano Municipal de Educação de Mogeiro-PB, que trata da garantia da oferta da Educação Básica para a população do campo, contempla um conjunto de estratégias voltadas para a valorização dos saberes, identidades e especificidades rurais. Embora o município ainda não tenha conseguido estruturar um currículo específico para a Educação do Campo, conforme previsto nas diretrizes nacionais, têm buscado suprir essa lacuna por meio da realização de projetos didáticos que valorizam os conhecimentos locais, a cultura camponesa e o meio ambiente. Essas práticas, desenvolvidas de forma contextualizada nas escolas da zona rural, têm contribuído para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para sua permanência qualificada na escola. É importante ressaltar que a

descontinuidade do **Pronacampo** – programa federal que antes apoiava financeiramente e tecnicamente a implementação da Educação do Campo – afetou diretamente o avanço de algumas ações no município. Com a extinção desse apoio, muitos municípios, incluindo Mogeiro, enfrentaram dificuldades para manter o foco contínuo nessa modalidade de ensino. O PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) Campo teve descontinuidade em 2019. Isso significa que o programa, que fornecia livros e materiais didáticos específicos para escolas do campo, foi interrompido. A descontinuidade do PNLD Campo gerou preocupações e debates sobre o impacto na educação do campo, uma vez que o programa tinha como objetivo atender às necessidades específicas dessas escolas. Apesar disso, há avanços importantes. A Secretaria Municipal de Educação conta atualmente com uma equipe multiprofissional voltada para acompanhar e monitorar o acesso dos alunos à escola, contribuindo diretamente para garantir o direito à educação das crianças e adolescentes do campo. Além disso, os projetos didáticos têm trabalhado, sempre que possível, temas ligados à realidade rural, à preservação do meio ambiente e à valorização cultural das comunidades camponesas, alinhando-se aos princípios da estratégia 8. Outro aspecto relevante é o esforço do município em manter o funcionamento de escolas com número reduzido de alunos, especialmente na zona rural, reconhecendo a importância da sua permanência para assegurar o acesso à educação sem deslocamentos exaustivos, conforme preconiza a estratégia 11. Da mesma forma, tem-se buscado atender, dentro das possibilidades, à oferta de atividades voltadas à prática esportiva e ao lazer no contexto rural, como orienta a estratégia 10. De modo geral, embora algumas estratégias ainda não estejam totalmente implementadas, o município demonstra compromisso com o fortalecimento da Educação do Campo e segue buscando alternativas para avançar no cumprimento das metas estabelecidas.

## **RECOMENDAÇÕES**

Retomar o debate e iniciar a construção de um currículo específico para a Educação do Campo;

Ampliar o olhar para as condições de infraestrutura das escolas do campo;

Fortalecer a política de formação inicial e continuada de professores com foco na Educação do Campo;

Promover a escuta qualificada das comunidades rurais, incluindo lideranças, famílias e estudantes no processo de tomada de decisão sobre o funcionamento das escolas e a implementação de políticas educacionais voltadas ao campo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da Meta 3.5 revela que, embora o município de Mogeiro ainda enfrente desafios significativos para a efetivação plena da Educação do Campo, como a ausência de um currículo específico, já existem iniciativas relevantes que apontam para avanços significativos. A adoção de projetos didáticos contextualizados nas escolas da zona rural, o acompanhamento realizado pela equipe multiprofissional, a manutenção de unidades escolares com poucos alunos e o esforço em preservar práticas pedagógicas voltadas à realidade camponesa demonstram o compromisso da rede municipal com a valorização da identidade e dos saberes do campo. Portanto, reafirma-se a importância de dar continuidade ao processo de avaliação e replanejamento das metas, promovendo a integração entre educação, cultura, identidade rural e desenvolvimento sustentável, de modo a assegurar às populações do campo uma educação de qualidade, socialmente referenciada e humanizadora.

**META - Garantir as temáticas étnico-raciais atinentes aos afro-brasileiros, afrodescendentes, indígenas, ciganas e judias nas salas de aula do campo e da cidade, em todas as fases, conforme parecer CNE/CP Nº 003/2004, que institui a obrigatoriedade dos estudos de temas étnico-raciais, Afro-brasileira e Africana nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Educação Artística, conforme as Diretrizes Curriculares e as Leis 10.639/03 e 11.645/08.**

#### **Meta 3.6.2**

**Garantir as temáticas étnico-raciais atinentes aos afro-brasileiros, afrodescendentes, indígenas, ciganas e judias nas salas de aula do campo e da cidade, em todas as fases, conforme parecer CNE/CP Nº 003/2004, que instituiu a obrigatoriedade dos estudos de temáticas étnico-raciais, afrobrasileiros e africanas nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Educação Artística, conforme as Diretrizes Curriculares e as Leis 10.639 3 11.645.**

#### **CONTEXTUALIZAÇÃO DA META**

A presente meta do Plano Municipal de Educação de Mogeiro-PB visa garantir a inclusão sistemática das **temáticas étnico-raciais** no currículo das escolas municipais, atendendo ao que determinam o **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais** e as **Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008**. A meta abrange o ensino das histórias, culturas e identidades dos povos **afro-brasileiros, afrodescendentes, indígenas, ciganos e judeus**, devendo ser assegurada em todas as fases e modalidades da educação básica, tanto nas escolas da **zona urbana** quanto da **zona rural**.

#### **DADOS E ANÁLISE**

No que concerne à meta 3.6.2, o município tem operacionalizado sistematicamente com monitoramento e avaliação no processo ações tais como:

assegurando a obrigatoriedade das leis 10.639 e 11.645, aderiu no ano letivo de 2024 O dia 20 de novembro como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra com feriado nacional conforme Lei Federal nº 14.759 de 21 de dezembro de 2023.

A equipe técnica da Secretaria de Educação organizou a Parte Diversificada do Currículo da rede contemplando pluralidade de culturas, etnias e identidades local, regional e nacional conforme lei 10.639 3 11.645. Ainda por esse viés as ações pedagógicas com metodologias ativas em sala e extraclasse, tais como: estudo do meio com visitação a comunidades quilombolas e indígenas, museus, participação em seminários e congressos tem fomentado o processo ensino aprendizagem, o protagonismo estudantil.

Nos Projetos Políticos pedagógicos (PPP) das escolas que encontra-se conforme as LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais, BNCC, Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288/2010 e o marco operacional propõe ações de modo a validar a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e outras etnias;

Nos anos de 2023 e 2024 garantindo a formação docente continuada e de modo a fomentar o processo de ensino aprendizagem, a Secretaria de Educação viabilizou participação em seminários e congresso em Natal - RN e em parceria com o Instituto Alparagatas em João Pessoa ambas pelo viés da Educação Antirracista e Letramento Racial.

Nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) mediado pela coordenação pedagógica, no cumprimento das 10 horas das 30 horas carga horária docente aconteceram em anos anteriores e anos 2022, 2023 e 2024 sucessivamente, realizamos momentos elaboração da sequência didática, de leituras e discussões de textos, compartilhamento de práticas exitosas, rodas de contação de histórias, exibição de vídeos e documentários, literaturas e gêneros textuais pelo viés de educação antirracista, letramento racial e protagonismo negro.

Professores dos anos finais da E.M.E.F. Iraci Rodrigues nos componentes curriculares de História, Língua Portuguesa e Língua Inglesa em caráter interdisciplinar com outros componente curriculares tem realizado de forma contínua e sistemática ao longo dos anos, inclusive em 2022, 2023 e 2024 projetos didáticos



em sala e extraclasse com apresentação as comunidades escolar e local, assim como sarau musical e poéticos, fundamentados em aportes teóricos de estudiosos e pesquisadores do estudo da África, afrodescendência, indígenas, ciganas, judias, assim como assuntos, temática para educação antirracista, ancestralidade e protagonismo e identidade negra.

No ensino fundamental anos iniciais de forma contínua e sistemática os projetos e ações são atreladas especificamente às datas comemorativas e literaturas infantil sobre direitos humanos, equidade, história e cultura da África e afro-brasileira, protagonismo negro, ancestralidade, cultura e identidade negra onde as crianças protagonizam em rodas de leitura, rodas de conversas, dramatizações, leituras extraclasse e sarau poético.

Cabe destaque para a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Demográfico 2022, que possibilita um retrato da miscigenação cor/raça da população brasileira de 2010 a 2022 a população brasileira e sua evolução ao longo das décadas. Crescemos 6,55 e somos 203, 1 milhões de brasileiro(as)

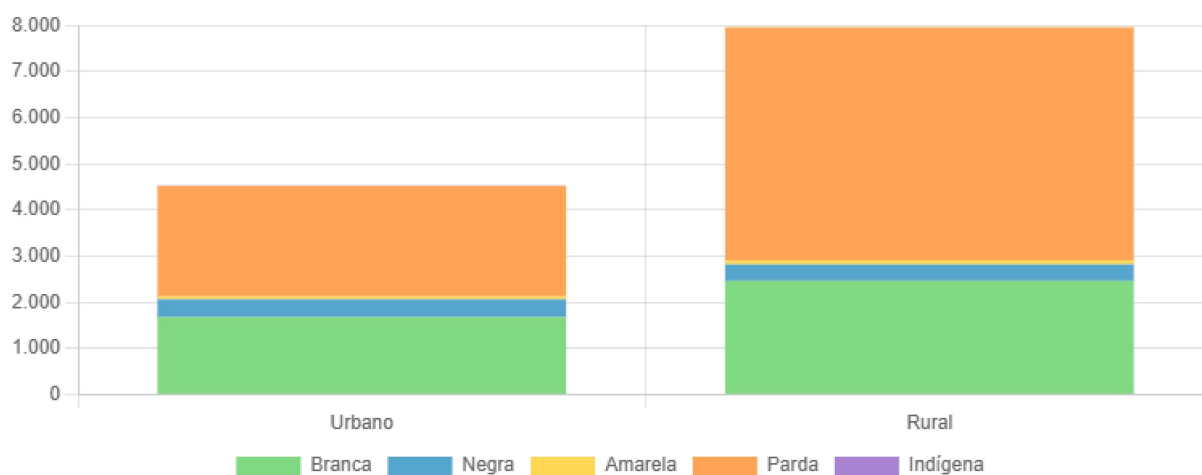
Para uma compreensão mais detalhada apresentamos a distribuição da população em dados de cor//raça no Brasil, Nordeste, Paraíba e Município de Mogeiro.

Cor/Raça	Branca (em%)	Preta (em%)	Amarela (em%)	Parda (em%)	Indígena (em%)
Brasil	43,5%	10,2%	0,4%	45,3%	0,8%
Nordeste	26,7%	13%	0,1%	59,6%	0,5%
Paraíba	35,72%	7,96%	0,12%	55,54%	0,75%
Mogeiro	29,63%	8,79%	0,04%	61,51%	0,04%

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2022

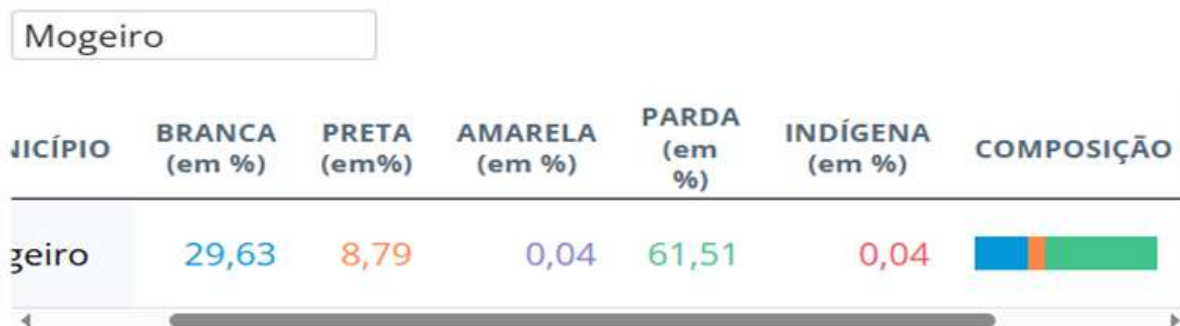
A Paraíba apresenta uma população predominantemente parda, com uma parcela significativa também se declarando branca. Os dados do Censo 2022 revelam que a população preta e parda juntas representam a maioria da população do estado, com 63,5%.

O município de Mogeiro no Censo de 2010 revelou uma população de 13.232 habitantes e a população foi categorizada em termos de cor ou raça conforme gráfico abaixo:



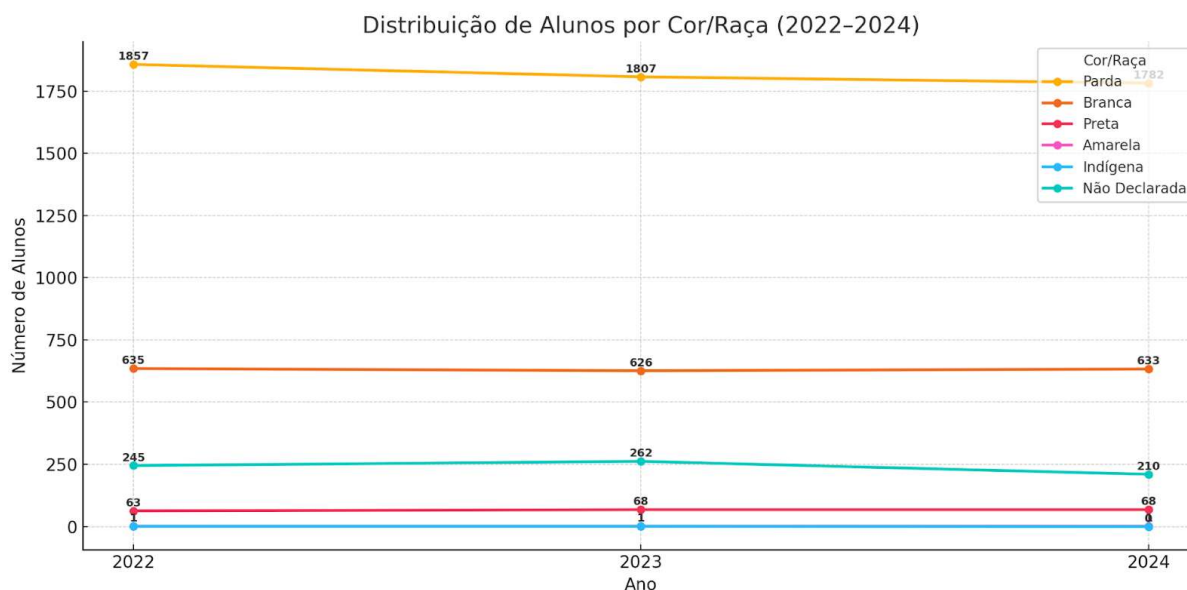
Fonte: IBGE Cidades estados

Dados mais recentes do Censo de 2022 indicam um aumento populacional de 13.232 para 13.899 pessoas e distribuídos em % de cor/raça de acordo com o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE Censo Demográfico 2022

A população regularmente matriculada nas escolas da educação básica da rede municipal. Os pais, responsáveis e o próprio estudantes se (auto) declaram no ato da matrícula conforme dados do Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação.



Fonte: Seduc

Registra-se a necessidade em caráter de urgência das estratégias: articulação de assegurar educação escolar à comunidade quilombola do Matão a partir do censo de demográfico 2022 voltou ao pertencimento de seus habitantes ao município de Mogeiro, visto está sendo atendido por município circunvizinho do limite territorial; Promover uma ênfase maior de possibilidades de formação

continuada para professores e gestores de educação com mínimo de 180 horas presenciais.

## **RECOMENDAÇÕES**

Ampliar a formação continuada dos profissionais da educação, com foco em práticas interdisciplinares e antirracistas;

Fortalecer parcerias com universidades, movimentos sociais e instituições culturais para fomentar ações educativas e materiais pedagógicos contextualizados;

Criar um núcleo municipal de monitoramento e avaliação das ações voltadas à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08;

Incluir nos projetos políticos pedagógicos (PPPs) das escolas o compromisso explícito com a educação para as relações étnico-raciais;

Garantir que todas as escolas da rede desenvolvam ações pedagógicas regulares, e não pontuais, sobre as temáticas étnico-raciais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE META**

A implementação das temáticas étnico-raciais no currículo escolar representa um avanço civilizatório e um compromisso com a equidade educacional. Os dados coletados no triênio 2022–2024 demonstram que, embora a meta tenha evoluído, ainda há desafios estruturais e pedagógicos a serem enfrentados para a consolidação de uma educação verdadeiramente plural, inclusiva e antidiscriminatória. As ações a serem executadas até 2025 devem priorizar a universalização das práticas antirracistas nas escolas, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que valorize a diversidade, promova a igualdade racial e contribua para a formação cidadã.

**META - Fomentar a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente, aptos para decidirem e atuarem coletivamente nas questões ambientais necessárias, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Meta 3.7 do Plano Municipal de Educação de Mogéiro-PB estabelece como compromisso a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente, aptos a tomar decisões e a atuar de forma coletiva em prol da sustentabilidade e da qualidade de vida. Essa meta se fundamenta na compreensão de que a Educação Ambiental é um processo permanente, que deve estar presente em todas as fases e modalidades do ensino, de forma transversal, integrada e interdisciplinar, conforme estabelecem a Lei nº 9.795/99, a Resolução CNE nº 2/2012, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC reconhece a Educação Ambiental como um dos temas contemporâneos transversais que devem permear o currículo escolar, contribuindo para a formação integral dos estudantes. Ao propor competências gerais como a responsabilidade e o compromisso com a sustentabilidade socioambiental, a BNCC reforça a necessidade de que os conteúdos relacionados ao meio ambiente sejam trabalhados em todas as áreas do conhecimento, promovendo reflexões sobre o cuidado com o planeta, o uso consciente dos recursos naturais e a busca por soluções para os problemas ambientais locais e globais. O diagnóstico apresentado no PME reconhece que, diante dos desafios ambientais enfrentados pela sociedade atual — como o descarte inadequado de resíduos sólidos, a escassez de água e os impactos do consumo excessivo —, torna-se urgente promover ações educativas que desenvolvam hábitos sustentáveis e atitudes de cuidado com o meio ambiente, tanto no espaço escolar quanto na comunidade. Destaca-se ainda a importância de articular a escola com políticas públicas e com iniciativas locais, a exemplo da adesão do município ao projeto COGIVA, voltado à gestão regionalizada de resíduos sólidos. A Meta 3.7 se configura como um importante eixo de articulação entre educação, meio ambiente e cidadania em Mogéiro, exigindo maior mobilização institucional e comunitária para que a Educação Ambiental se torne um processo

contínuo, crítico e transformador, capaz de contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável do município.

## **DADOS E ANÁLISE**

Entre 2022 e 2024, o município de Mogeiro demonstrou avanços significativos na implementação das estratégias propostas na Meta 3.7 do PME, com destaque para a incorporação da Educação Ambiental no cotidiano escolar e comunitário. A sustentabilidade tem sido trabalhada de forma transversal nos planejamentos, por meio de projetos didáticos que engajam os alunos em atividades interdisciplinares, estimulando o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade cidadã. Parcerias intersetoriais entre secretarias, especialmente entre educação, saúde e assistência social, têm promovido ações integradas que envolvem a comunidade escolar em campanhas de conscientização ambiental e saúde coletiva. Por outro lado, algumas estratégias ainda não foram plenamente alcançadas, o que exige atenção e planejamento mais sistemático. Um exemplo é a proposta de estabelecer ações que fortaleçam a prática da coleta seletiva, da reciclagem e do consumo responsável, em consonância com o projeto COGIVA. Essa iniciativa, apesar de ter sido inicialmente adotada pelo município com ações de mobilização, palestras e formação de equipes, não teve continuidade ao longo dos últimos anos. O município de Mogeiro ainda não conta com coleta seletiva implantada nem com estrutura adequada para destinação final dos resíduos, o que compromete o alcance dos objetivos estabelecidos na Lei nº 12.305/10 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A descontinuidade do projeto COGIVA, que previa a construção de aterros sanitários regionais e o fim dos lixões a céu aberto, impactou diretamente o avanço dessa estratégia no município, impedindo o fortalecimento de práticas mais sustentáveis de gestão de resíduos. Diante desse cenário, é necessário que o município **volte seu olhar para a Agenda 2030 da ONU**, integrando os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** às políticas públicas locais. A educação ambiental deve ser compreendida como eixo transversal e permanente, capaz de formar sujeitos críticos e participativos, comprometidos com a preservação do planeta e com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. A prática da

coleta seletiva e da reciclagem foi fortalecida, ainda que pontualmente, por meio de iniciativas escolares como a implantação dos chamados “**muros papões**” (implantado em parceria com o Instituto Alpargatas) em uma das unidades de ensino, que incentivam a separação dos resíduos sólidos recicláveis e a conscientização dos alunos sobre o descarte correto. A ação representa um esforço importante de alinhamento à **Lei nº 12.305/10**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e demonstra o potencial educativo da escola na formação de atitudes sustentáveis. No entanto, a **ausência de uma associação de catadores no município** e a **falta de regularidade na coleta desses resíduos** comprometeram a continuidade da prática, deixando os resíduos armazenados por longos períodos sem destinação adequada. Essa lacuna evidencia a necessidade de fortalecer a articulação entre poder público, escolas e catadores, com o objetivo de criar uma rede de coleta seletiva organizada e funcional no município.

#### **RECOMENDAÇÕES:**

**Retomar e fortalecer a política pública municipal de gestão de resíduos sólidos**, com a reestruturação ou substituição das ações do extinto projeto COGIVA, garantindo a implantação da coleta seletiva e o fim de depósitos irregulares de lixo, conforme estabelece a Lei nº 12.305/10.

**Incentivar a criação de uma associação ou cooperativa de catadores de materiais recicláveis**, promovendo o fortalecimento da economia solidária e assegurando a destinação correta dos resíduos coletados nas escolas e nas comunidades.

**Estimular a adesão das escolas ao programa PDDE Escola Sustentável**, com a implantação da **Agenda 21 Escolar** e a criação das **Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida)** em cada unidade, como instrumentos de planejamento e ação coletiva no espaço escolar.

**Garantir formação continuada para professores e gestores sobre Educação Ambiental**, de forma interdisciplinar, crítica e articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

**Assegurar recursos didáticos e financeiros para as escolas desenvolverem projetos ambientais consistentes**, que incluam práticas de reaproveitamento, economia de água e energia, hortas escolares, compostagem, entre outros.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

A análise da Meta 3.7 demonstra que a Educação Ambiental tem avançado no município de Mogéiro, especialmente dentro das escolas, por meio de projetos didáticos que despertam nos estudantes atitudes de cuidado com o meio ambiente e incentivam a prática da sustentabilidade. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que essas ações se consolidem como uma política pública permanente, articulada com a realidade local e integrada aos diversos setores da gestão municipal. A ausência de uma estrutura adequada para a coleta seletiva, a descontinuidade do projeto COGIVA e a não efetivação da Agenda 21 Escolar evidenciam a necessidade de um olhar mais estratégico, planejado e comprometido com a promoção de uma educação ambiental crítica, participativa e transformadora. É preciso reconhecer a urgência de fortalecer a consciência ambiental de forma contínua, envolvendo escola, poder público e comunidade na construção de soluções para os desafios socioambientais do município. A Educação Ambiental deve ser assumida como compromisso coletivo, indispensável para a formação de cidadãos capazes de transformar sua realidade e contribuir para uma sociedade mais justa, sustentável e com melhor qualidade de vida.



## **METAS**

**Oferecer educação em tempo integral em 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.**

**Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Meta em questão propõe **oferecer educação em tempo integral em 100% das escolas públicas**, de modo a atender, no mínimo, **50% dos(as) alunos(as) da educação básica**. Tal proposta está alinhada às diretrizes do **Plano Nacional de Educação (PNE)** e do **Plano Municipal de Educação (PME) de Mogeiro-PB**, reafirmando o compromisso com uma formação integral do estudante, que vá além da ampliação da jornada escolar, promovendo o desenvolvimento intelectual, físico, social, emocional e cultural dos educandos.

Para alcançar esse objetivo, foram definidas estratégias que envolvem a **reestruturação física das escolas**, a **formação de profissionais**, a **ampliação da carga horária de ensino** e a **articulação com outros espaços educativos, culturais e esportivos da comunidade**. A efetivação dessa meta exige um conjunto articulado de políticas públicas, investimentos estruturais e pedagógicos e a mobilização de múltiplos atores sociais.

## **DADOS E ANÁLISE**

Entre os anos de **2022 e 2024**, o município deu passos importantes para a efetivação da meta de educação em tempo integral. Em 2022, **duas escolas** da rede municipal passaram a ofertar a modalidade de tempo integral, representando aproximadamente **12% das unidades escolares**. Em 2023, com apoio do **Programa Escola em Tempo Integral** do governo federal e ações locais, o número

subiu para **cinco escolas**, abrangendo cerca de **35% dos(as) estudantes da rede municipal**.

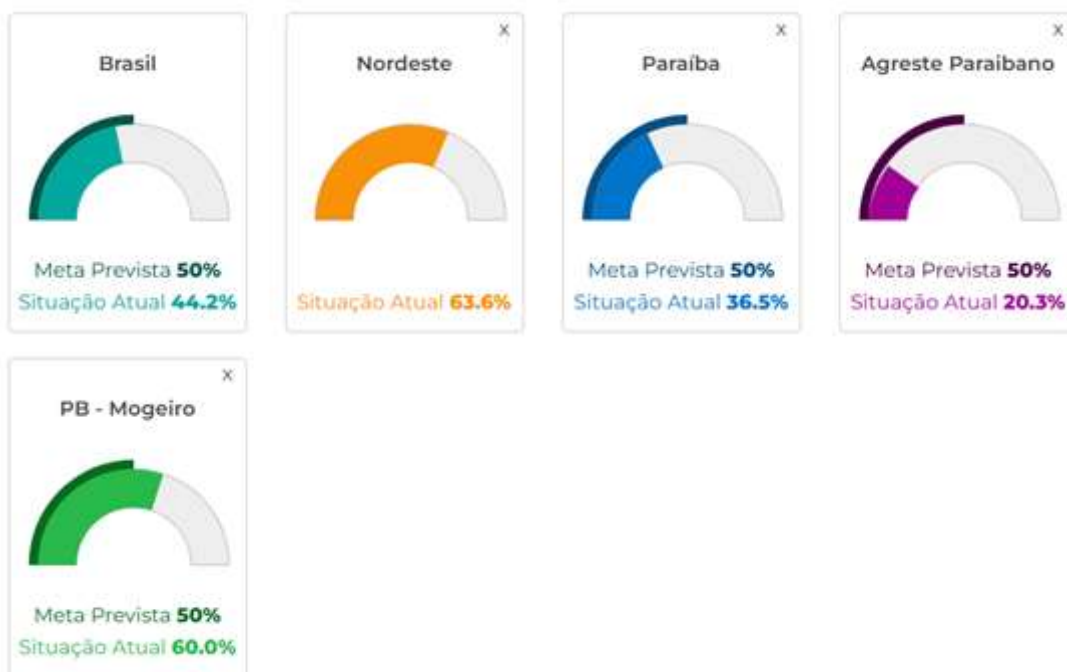
Em 2024, com a consolidação do **Decreto Municipal nº 0040, de 03 de maio de 2024**, que instituiu a política de educação em tempo integral no município, a rede passou a contar com **sete escolas em tempo integral**, atingindo **45% dos(as) alunos(as) da educação básica**, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Apesar do progresso, ainda são identificados **desafios estruturais e financeiros** para a universalização da jornada ampliada. Muitas escolas ainda não dispõem de espaços adequados como laboratórios, quadras cobertas ou bibliotecas funcionais. Além disso, é necessário investir na **formação continuada dos(as) professores(as)** para atuação com uma abordagem interdisciplinar, compatível com os princípios da educação integral.

#### [Indicador 6A-Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral](#)

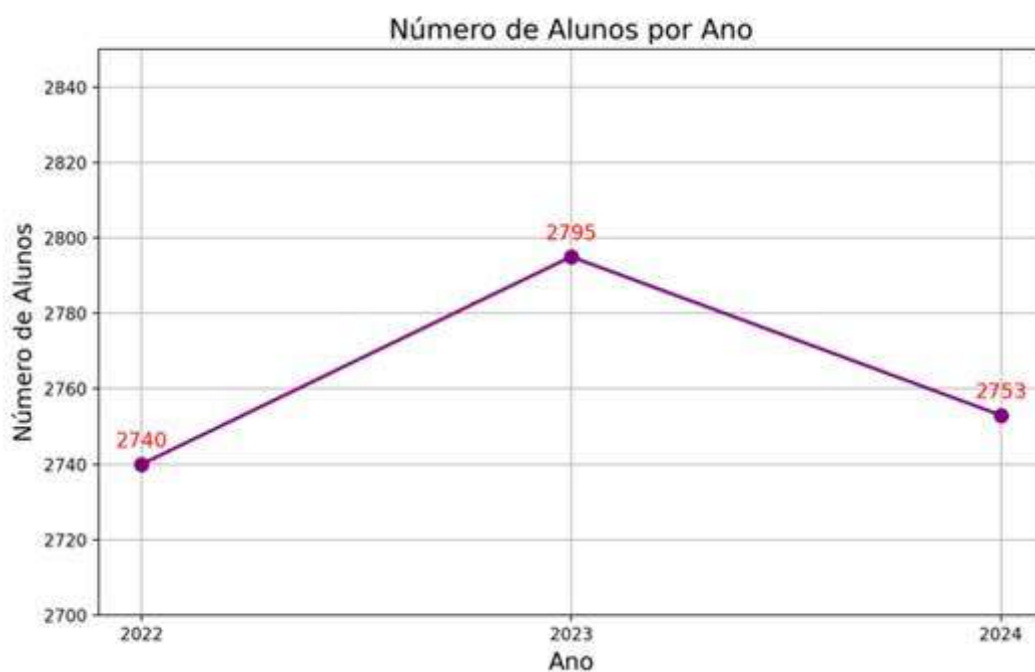


#### [Indicador 6B-Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares](#)



### 3.8.2 Meta (8)

Oferecer educação em tempo integral em 100% (cem por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.



### Indicador 6A-Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral



### Indicador 6B-Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares



No Brasil, a meta de oferecer educação em tempo integral em 100% das escolas públicas, contemplando pelo menos 50% dos estudantes da educação básica, representa uma iniciativa ambiciosa e integra os debates e planejamentos voltados à melhoria da qualidade educacional. Alinhado a essa meta, o município de Mogeiro iniciou, em 2022, no contexto do período pós-pandêmico, a implementação de estratégias voltadas à ampliação da jornada escolar por meio do Programa de Apoio Pedagógico Complementar (APC).

Em 2023, essa iniciativa foi oficialmente institucionalizada por meio da Lei Municipal nº 403/2023, com o objetivo de ofertar aulas no contraturno escolar,

atendendo às demandas de recomposição das aprendizagens e enfrentamento das lacunas provocadas pela pandemia da COVID-19. O decreto nº 0040, de 03 de maio de 2024, institui a política de Educação em Tempo Integral em parceria com o Governo Federal, passando a atender quase 100 crianças.

Conforme demonstrado no gráfico acima, o município tem, de forma progressiva, ampliado o número de estudantes atendidos em tempo integral, conforme a distribuição apresentada na tabela a seguir.

<b>MATRÍCULAS</b>		<b>ALUNOS ATENDIDOS</b>	<b>%</b>
<b>2022</b>	<b>2.740</b>	<b>351</b>	<b>22%</b>
<b>2023</b>	<b>2.795</b>	<b>461</b>	<b>38%</b>
<b>2024</b>	<b>2.753</b>	<b>516</b>	<b>47%</b>

No contexto atual, a educação em tempo integral tem sido um dos pilares de programas e políticas educacionais no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, estabelece metas para a expansão do tempo integral nas escolas. O objetivo principal é oferecer uma formação mais completa aos estudantes, ampliando as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

A expansão do tempo integral traz diversos benefícios, como:

- **Melhora no desempenho acadêmico:** Mais tempo na escola pode significar mais oportunidades para aprofundar conteúdos e reforçar o aprendizado.
- **Redução da evasão escolar:** Ambientes escolares mais atrativos e com atividades diversificadas podem manter os alunos engajados.

- Desenvolvimento de habilidades socioemocionais: A oferta de atividades extracurriculares e projetos pedagógicos diferenciados contribui para o desenvolvimento de competências importantes para a vida.
- Apoio às famílias: Para muitas famílias, a escola em tempo integral oferece um suporte importante, garantindo que os filhos estejam em um ambiente seguro e educativo durante o dia.
- Redução da exposição a riscos sociais: Menos tempo ocioso e mais tempo em um ambiente escolar estruturado podem diminuir a exposição de crianças e adolescentes a situações de vulnerabilidade social.

Alcançar a meta de 100% das escolas com tempo integral para 50% dos alunos envolve desafios significativos no município de Mogeiro tais como:

- Infraestrutura: Muitas escolas necessitam de adequações e investimentos em infraestrutura (salas de aula, refeitórios, laboratórios, espaços de lazer) para comportar os alunos em tempo integral.
- Recursos Humanos: É preciso garantir a contratação e formação de profissionais qualificados, incluindo professores e equipes de apoio, para atender à demanda.
- Financiamento: A implementação e manutenção de um sistema de educação em tempo integral em larga escala exige um investimento financeiro substancial e contínuo.
- Modelo Pedagógico: Não basta apenas estender o tempo de permanência na escola; é fundamental desenvolver um currículo diversificado e um modelo pedagógico que realmente agregue valor ao aprendizado.

Porém a busca por alcançar essa meta reflete um compromisso com a qualidade da educação no município. A implementação bem-sucedida depende de políticas públicas coordenadas, investimentos contínuos e parcerias entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), além do engajamento da comunidade escolar.

Essa iniciativa é crucial para garantir que mais estudantes brasileiros tenham acesso a uma educação mais completa e com equidade para todos.

## **RECOMENDAÇÕES**

Ampliar os investimentos em infraestrutura escolar, priorizando a reestruturação física das unidades para atender às exigências da jornada estendida;  
Expandir progressivamente a modalidade de tempo integral, garantindo que, até 2025, todas as escolas estejam aptas a ofertá-la;  
Fortalecer a articulação com espaços culturais, esportivos e comunitários, especialmente em localidades rurais e com carência de equipamentos públicos;  
Ofertar formação continuada para os profissionais da educação, com foco em metodologias ativas e no desenvolvimento integral do estudante;  
Monitorar e avaliar continuamente os impactos da educação em tempo integral, a fim de ajustar práticas e assegurar qualidade pedagógica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

A implementação da educação em tempo integral em Mogeiro representa um avanço significativo no sentido de promover a qualidade social da educação pública e garantir melhores oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes. Embora o município tenha avançado consideravelmente nos últimos três anos, a meta ainda não foi plenamente atingida, sendo necessária a continuidade e o fortalecimento das ações já em curso.

A consolidação dessa política pública depende do comprometimento institucional, da garantia de financiamento adequado e do engajamento das comunidades escolares. Com base nos dados levantados e nas estratégias adotadas, é possível afirmar que Mogeiro encontra-se em trajetória positiva rumo ao cumprimento da meta, sendo imprescindível manter os esforços até o final do ciclo de vigência do PME, em 2025.





**META - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A análise da qualidade da educação deve ser realizada sob uma perspectiva polissêmica, uma vez que essa categoria carrega múltiplas significações.

A educação é, essencialmente, uma prática social presente em diversos espaços e momentos da vida em sociedade. Nesse contexto, a educação escolar, enquanto objeto de políticas públicas, desempenha um papel fundamental nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas.

Mesmo no âmbito da educação formal — aquela realizada em instituições educativas, como as escolas de educação básica — existem diversas finalidades educacionais, assim como distintos princípios que orientam o processo de ensino-aprendizagem. Isso ocorre porque cada país, com sua própria trajetória histórico-cultural e projeto de nação, estabelece diretrizes e bases específicas para seu sistema educacional.

## **DADOS E ANÁLISE**

Entre os anos de 2021 e 2023, esse cenário ganhou novas nuances em razão dos impactos da pandemia de Covid-19, que evidenciaram ainda mais as desigualdades educacionais e demandaram adaptações emergenciais por parte das redes de ensino. Esses anos marcaram um período de transição, no qual se intensificaram debates sobre qualidade, equidade e inovação na educação, reforçando a importância de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso escolar em todas as etapas da educação básica.

Com o objetivo de estabelecer parâmetros para o monitoramento da qualidade da educação no Brasil, o Governo Federal, em parceria com o INEP (Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), criou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O IDEB é calculado com base em dois fatores principais: o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e os indicadores de rendimento escolar, como taxas de aprovação, repetência e evasão.

Gráfico 21

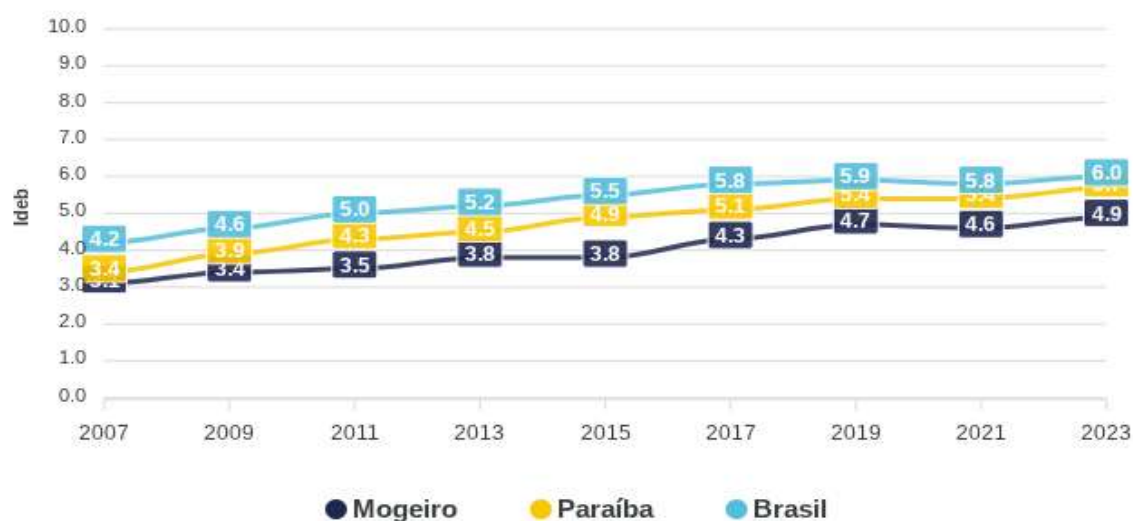
### Evolução do Ideb



Fonte: Ideb 2023, INEP.

Gráfico 22: Evolução Ideb (anos iniciais)

### Evolução do Ideb



Fonte: Ideb 2023, INEP.

O gráfico apresenta a Evolução do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do município de Mogeiro, nos anos de 2007 a 2023, especificamente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

- Crescimento Gradual (2007 - 2017):

Observa-se um crescimento gradual no IDEB de Mogeiro, saindo de aproximadamente 3,0 em 2007 para cerca de 4,5 em 2017. Esse avanço indica uma melhora progressiva no desempenho educacional do município ao longo da década.

- Estagnação e Pequena Oscilação (2017 - 2021):

Entre 2017 e 2019, o índice mantém-se relativamente estável. Não há um crescimento expressivo, o que pode sugerir desafios na consolidação das políticas educacionais ou outros fatores externos interferindo no progresso.

- Ano de 2023:

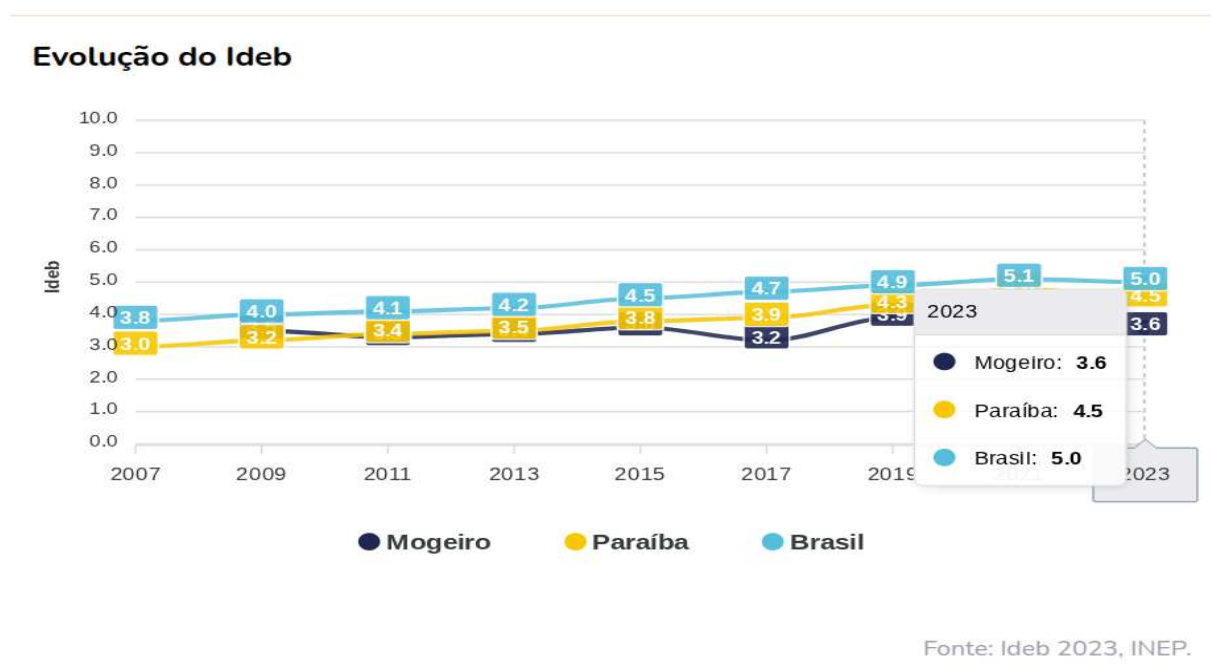
Resultado Real (Mogeiro): 4,9

Meta Projetada: 5,3

O resultado de 2023 demonstra que o município não atingiu a meta projetada, ficando 0,4 pontos abaixo do esperado. Apesar disso, houve um avanço em relação ao último IDEB registrado, indicando uma retomada do crescimento.

No que se refere aos índices avaliativos relativos aos anos finais da educação básica do município, apresentam-se, a seguir, os respectivos resultados.

Gráfico 23: Evolução do Ideb (anos finais)



Analisando os dados do gráfico referente à Evolução do Ideb dos anos finais da educação básica, no período de 2021 a 2023, observa-se o seguinte cenário:

- Município de Mogeiro: Em 2021, o Ideb registrado foi de 3,9, apresentando uma redução em 2023 para 3,6. Esse decréscimo revela que os indicadores de desempenho educacional do município, ainda se mantêm abaixo da tendência observada nos níveis estadual e nacional.
- Estado da Paraíba: Em 2021, o Ideb foi de 4,4, com um leve avanço em 2023, alcançando 4,5. Esse crescimento, ainda que discreto, demonstra uma trajetória de evolução contínua na qualidade da educação no Estado.
- Brasil: O Ideb nacional, por sua vez, apresentou uma pequena variação, passando de 5,1 em 2021 para 5,0 em 2023, indicando uma leve queda, mas

mantendo-se em patamar superior ao registrado no município de Mogeiro e no Estado da Paraíba.

Os dados evidenciam que o município de Mogeiro não apenas se encontra abaixo da média estadual e nacional, como também sofreu uma queda nos índices avaliativos no último biênio. Tal cenário reforça a necessidade de intensificação de políticas públicas educacionais, investimentos em formação docente, monitoramento constante dos indicadores e ações pedagógicas que visem à melhoria do desempenho escolar, a fim de reverter essa tendência e aproximar o município dos patamares estaduais e nacionais.

## RECOMENDAÇÕES

- Articular ações com outras secretarias e instituições (Saúde, Assistência Social, Cultura, etc.) para enfrentar fatores externos que afetam o desempenho escolar, como problemas de saúde, alimentação e violência.
- Promover o intercâmbio de boas práticas entre escolas com bons resultados e aquelas com menores índices.
- Manter e ampliar os programas de reforço escolar, bem como as atividades complementares, destinados aos estudantes que apresentem maiores dificuldades de aprendizagem.
- Capacitar gestores escolares e técnicos educacionais para análise e interpretação dos dados educacionais, visando embasar as tomadas de decisão.
- Substituir veículos obsoletos ou em más condições por veículos novos e adaptados, conforme as normas estabelecidas pelo INMETRO.
- Incluir veículos adaptados para estudantes com deficiência, garantindo o acesso universal.
- Promover cursos de formação continuada para motoristas e auxiliares, com foco em segurança no transporte escolar e atendimento humanizado.

- Estabelecer parcerias entre União, Estado e Município para garantir recursos financeiros suficientes para aquisição e manutenção dos veículos.
- Realizar diagnóstico detalhado sobre a infraestrutura tecnológica existente nas escolas da rede pública, para inserir os equipamentos necessários para ampliação tecnológica na rede municipal de ensino.
- Identificar as instituições com maior carência de equipamentos, acesso à internet e bibliotecas para melhoria do acesso e do uso das tecnologias na educação.
- Proporcionar o acesso à internet de qualidade nas instituições educacionais, com prioridade para áreas rurais e vulneráveis.
- Buscar parcerias com empresas de tecnologia e organizações sociais para potencializar o acesso a equipamentos, softwares e soluções educacionais inovadoras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META**

Assegurar uma educação de qualidade que contemple todos os critérios para uma formação integral é um compromisso indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. A educação integral não se restringe à ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, mas envolve, sobretudo, a promoção do pleno desenvolvimento humano em suas dimensões intelectual, física, social, emocional, cultural e ética.

No município de Mogeiro, importantes avanços já foram conquistados nesse sentido, com investimentos em infraestrutura escolar, formação de profissionais, aquisição de recursos pedagógicos e implementação de ações que valorizam a diversidade e promovem a inclusão. Contudo, reconhecendo os desafios ainda existentes, a gestão municipal deve reafirmar seu compromisso de continuar trabalhando para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Para consolidar uma educação integral de qualidade, torna-se essencial a continuidade e o fortalecimento de políticas públicas articuladas, intersetoriais e participativas. É igualmente fundamental garantir o desenvolvimento de propostas pedagógicas contextualizadas, que dialoguem com a realidade local e promovam o protagonismo estudantil, a cidadania ativa e a formação para a vida em sociedade.

Dessa forma, o município de Mogeiro seguirá firme na construção de uma educação pública inclusiva, democrática e transformadora, que assegure a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos o direito de aprender, conviver, participar e se desenvolver integralmente, em um ambiente escolar acolhedor, ético e comprometido com a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social.

**META - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do Estado e da União.**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO:**

A Meta em questão, tem por objetivo assegurar, no prazo de dois anos a contar da aprovação do PME, condições para a efetivação da gestão democrática da educação pública. Alinhada ao que preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE), essa meta busca promover a participação ativa da comunidade escolar nos processos decisórios, associando-a a critérios técnicos de mérito e desempenho, além de prever consulta pública e apoio técnico e financeiro do Estado e da União. A gestão democrática é compreendida como um princípio fundamental para a construção de uma escola pública mais participativa, transparente e comprometida com a qualidade social da educação.

### **DADOS E ANÁLISE:**

Desde a aprovação do PME, alguns avanços foram observados. O município aderiu a programas de formação de conselheiros promovida pelo MEC, inclusive promovendo também uma formação em parceria com o Instituto Alpargatas e a UNCME-PB, mas em virtude da metodologia adotada, poucas pessoas participaram e/ou conseguiram concluir. Quanto aos conselhos escolares, percebe-se que necessita de mais ações no sentido de formar seus integrantes para uma atuação mais efetiva de acompanhamento das ações administrativas da gestão por parte da comunidade escolar. O município, logo após a primeira reunião do FME, passou por uma mudança na presidência e equipe de gestão do CME, fato que prejudicou o andamento das ações de monitoramento devido a falta de atividade mais efetiva do referido Conselho. Quanto aos conselhos ligados ao Fundeb e à alimentação escolar, também se observa uma carência de maior visibilidade de sua atuação pela comunidade.



Os Fóruns Permanentes de Educação ocorreram, ainda que de forma pontual, mas não houve realização de conferência municipal de educação durante o período. Verifica-se também um esforço para garantir a presença de representantes da comunidade nas discussões pedagógicas e na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). Quanto a formação de gestores, em 2023, o município ofertou uma formação em parceria com o Instituto Alpargatas, ministrado pela Consultoria Idhea.

No entanto, ainda há limitações quanto à efetiva participação da comunidade na escolha de gestores escolares e na avaliação de docentes, bem como na implementação de processos de autonomia administrativa e financeira nas escolas. Quanto à escolha dos gestores, o município realizou em 30 de outubro de 2023, o primeiro processo seletivo com duração de dois anos.

### **RECOMENDAÇÕES:**

Para o cumprimento pleno da meta, recomenda-se a institucionalização periódica dos Fóruns Permanentes e a efetivação de mecanismos formais de escuta e participação da comunidade escolar, especialmente no processo de escolha de gestores e no acompanhamento do desempenho das escolas.

É fundamental ampliar e sistematizar a formação continuada para conselheiros escolares e gestores, garantindo-lhes condições materiais de trabalho. A articulação entre grêmios estudantis, associações de pais e conselhos escolares deve ser fortalecida por meio de ações planejadas e apoio político-pedagógico das unidades de ensino. Além disso, é imprescindível que o município estabeleça e execute um sistema de monitoramento das metas do PME, com balanços públicos periódicos que fomentem a corresponsabilidade de toda a sociedade civil.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META:**

A gestão democrática, como princípio constitucional e diretriz da política educacional, exige não apenas normativas bem escritas, mas práticas efetivas e

cotidianas de participação, diálogo e corresponsabilidade. A meta analisada representa um importante passo na consolidação dessa perspectiva. Contudo, seu êxito depende da superação de entraves históricos, como o distanciamento entre escola e comunidade, a centralização das decisões e a ausência de uma cultura avaliativa mais ampla e dialógica. Assim, os avanços conquistados até aqui devem ser valorizados e servir de base para um novo ciclo de planejamento que reforce o protagonismo dos sujeitos escolares na construção de uma educação pública democrática, inclusiva e de qualidade social.

## **METAS**

**Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I,II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

**2. Formar em nível de pós-graduação (stricto sensu) 25% dos professores da educação básica e 90% (latu sensu), até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

## **CONTEXTUALIZAÇÃO:**

A meta em questão propõe garantir, no prazo de vigência de um ano do PME, uma política de formação que assegure a todos os docentes da educação básica formação específica em nível superior na área de atuação, além de ampliar a qualificação por meio da pós-graduação, com a meta de atingir 25% dos professores com titulação stricto sensu e 90% lato sensu até o fim do plano. Também busca garantir formação continuada a todos os profissionais da educação, respeitando as demandas pedagógicas da rede e promovendo a valorização da carreira docente.

Para tanto, será fundamental o regime de colaboração entre município, Estado, União e instituições formadoras, bem como a articulação de ações estruturadas, que integrem diagnóstico, planejamento, incentivos e acompanhamento. O compromisso com a formação dos educadores é estratégico para transformar a prática pedagógica e garantir o direito à aprendizagem de todos os estudantes mogeirenses.

## DADOS E ANÁLISE

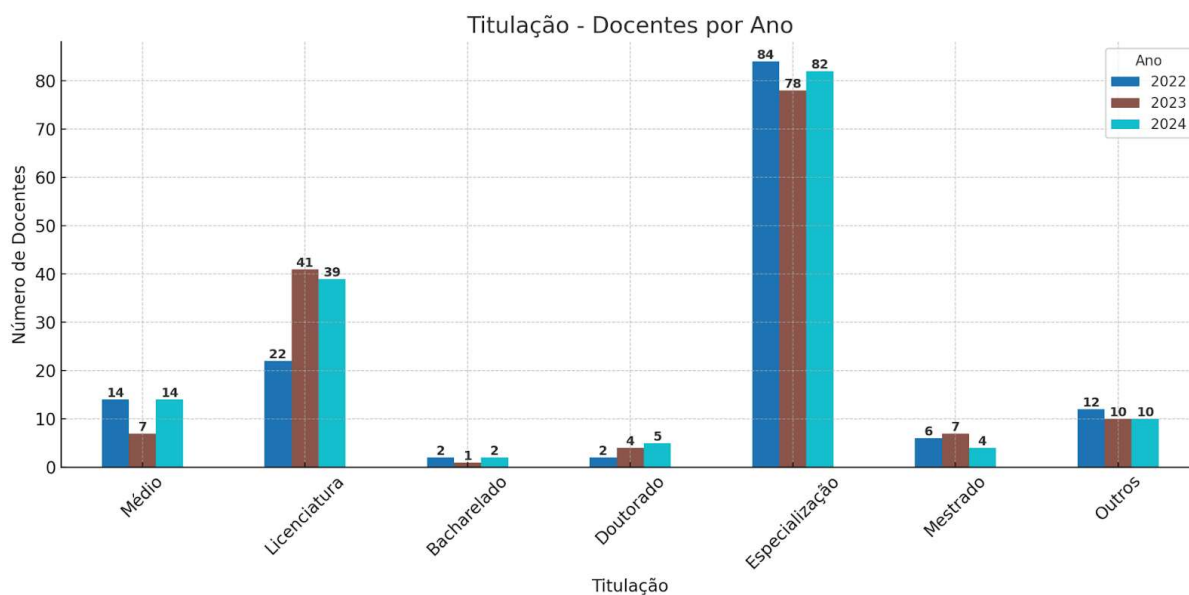
Analisando a realidade do município de Mogeiro, em relação à formação docente, os índices mostram que houve um avanço considerável no número de professores com a formação em nível de graduação e pós-graduação na área de conhecimento em que atuam. No entanto, apesar de todas as iniciativas e parcerias firmadas pelo município a meta não foi consolidada na sua totalidade, conforme pode-se observar nas tabelas e gráficos a seguir:

**Tabela 1. Docentes da educação básica que atuam no Ensino Fundamental e na Educação Infantil**

<b>Ano</b>	<b>Nº Total de docentes</b>	<b>Normal / Magistério e/ou Ensino Médio</b>	<b>Ensino Superior</b>	<b>Especialistas</b>	<b>Mestres</b>	<b>Doutores</b>	<b>Outros</b>
<b>2022</b>	142	14	24	84	06	02	12
<b>2023</b>	151	07	42	78	07	04	10
<b>2024</b>	159	14	41	82	04	05	10

Fonte: Banco de dados da SME

## Gráfico 24 - Formação Docente



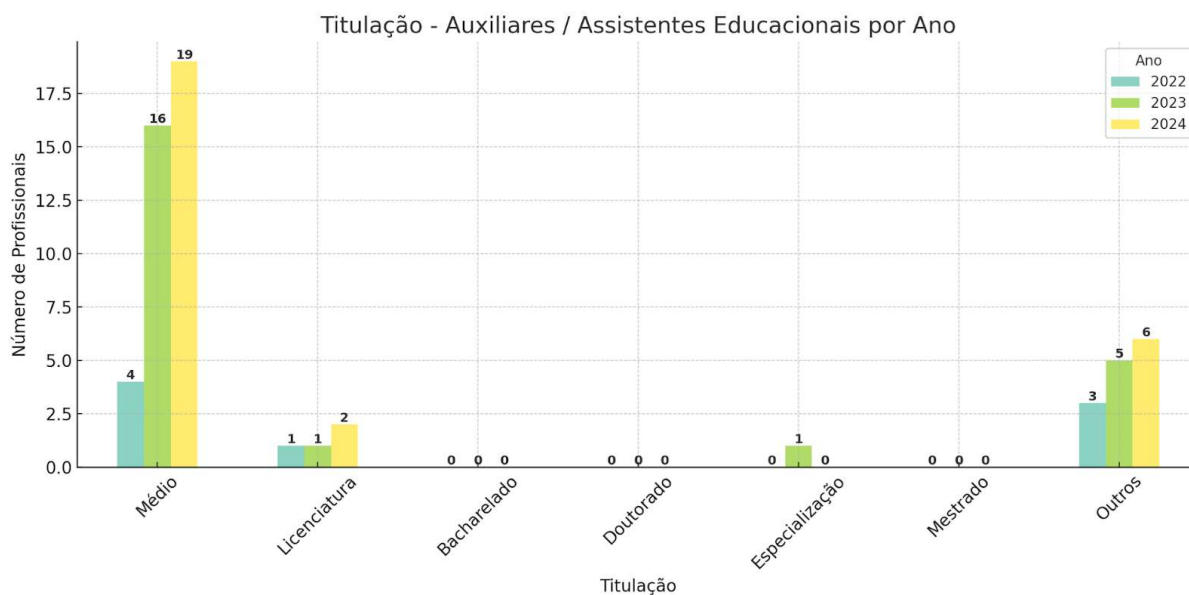
Fonte: Banco de dados da SME

### Tabela 2. Auxiliar/ Assistente Educacional

Ano	Nº Total	Normal / Magistério e/ou Ensino Médio	Ensino Superior	Especialistas	Mestres	Doutores	Outros
<b>2022</b>	08	04	01	—	—	—	03
<b>2023</b>	23	16	01	01	—	—	05
<b>2024</b>	27	19	02	—	—	—	06

Fonte: Banco de dados da SME

## Gráfico 25 - Formação de Auxiliares

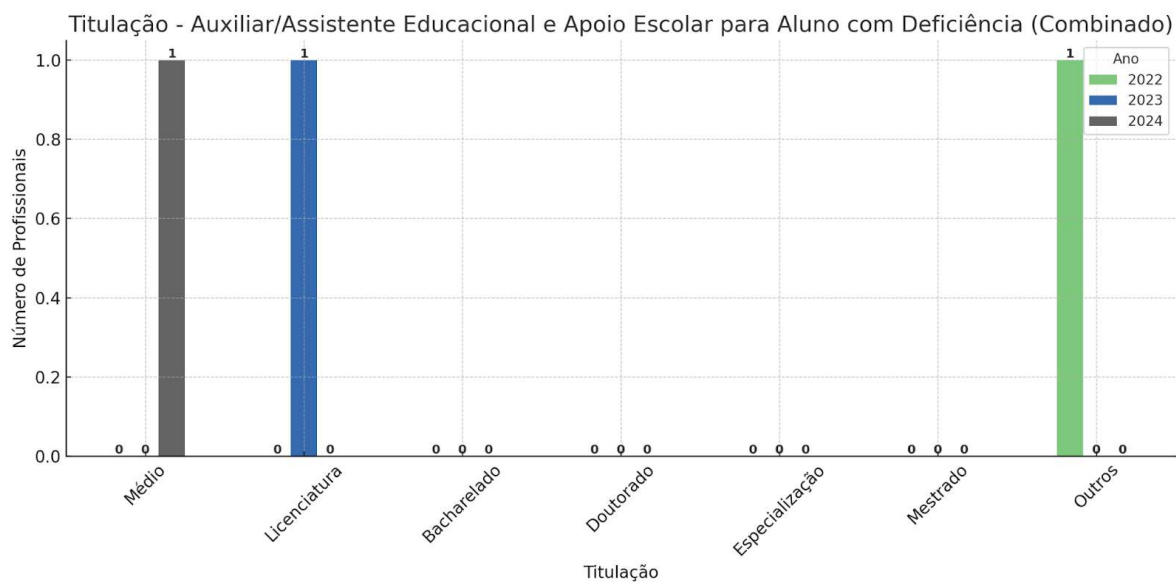


Fonte: Banco de dados da SME

**Tabela 3. Auxiliar/ Assistente Educacional. Profissional de Apoio Escolar para alunos com deficiência**

Ano	Nº Total	Normal / Magistério e/ou Ensino Médio	Ensino Superior	Especialistas	Mestres	Doutores	Outros
<b>2022</b>	01	—	—	—	—	—	01
<b>2023</b>	01	—	01	—	—	—	—
<b>2024</b>	01	01	—	—	—	—	—

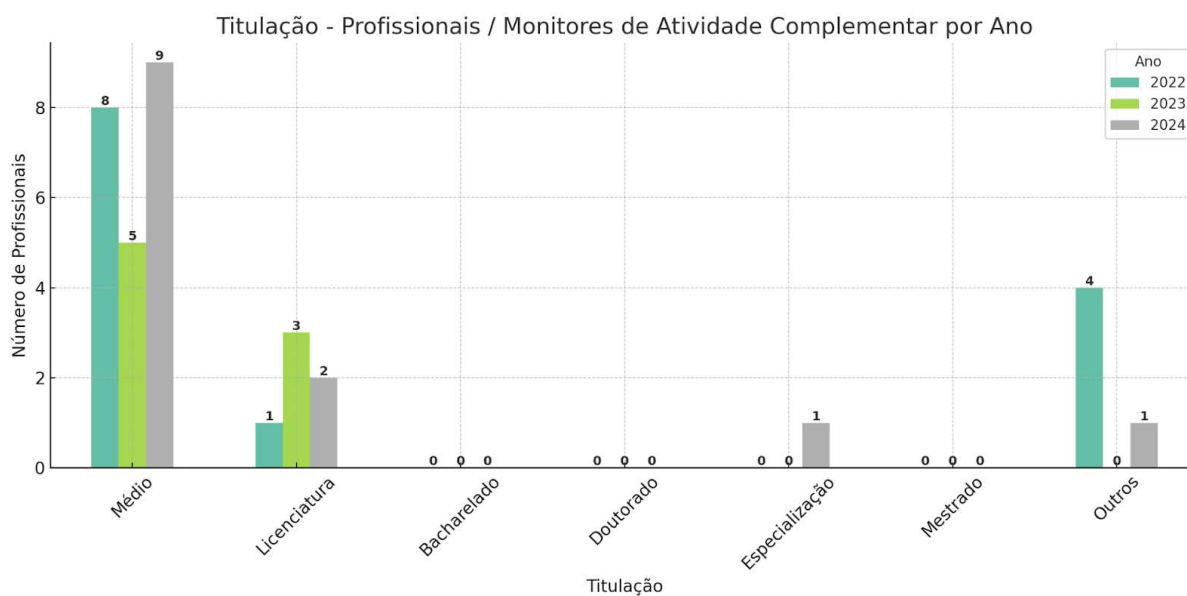
Fonte: Banco de dados da SME

**Gráfico 26 - Formação de Auxiliares de Apoio****Tabela 4. Profissional/ Monitor de Atividade Complementar**

Ano	Nº Total	Normal / Magistério e/ou Ensino Médio	Ensino Superior	Especialistas	Mestres	Doutores	Outros
<b>2022</b>	13	08	01	—	—	—	04
<b>2023</b>	08	05	03	—	—	—	—
<b>2024</b>	13	09	02	01	—	—	01

Fonte: Banco de dados da SME

### Gráfico 27 - Formação de Monitores



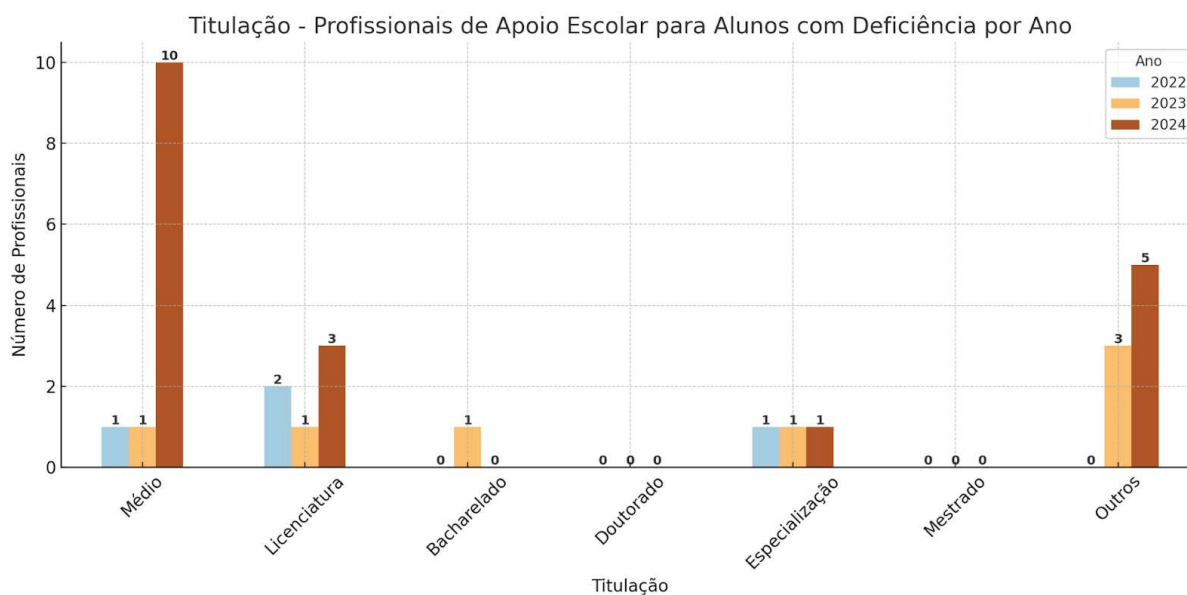
**Tabela 5. Profissional de Apoio Escolar para alunos com deficiência**

Ano	Nº Total	Normal / Magistério e/ou Ensino Médio	Ensino Superior	Especialistas	Mestres	Doutores	Outros
<b>2022</b>	04	01	02	01	—	—	—
<b>2023</b>	07	01	02	01	—	—	03
<b>2024</b>	19	10	03	01	—	—	—

Fonte: Banco de dados da SME



## Gráfico 28 - Formação de Profissionais de Apoio de alunos com deficiência



O município de Mogeiro, localizado no agreste paraibano, reconhece que a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação são pilares fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino e para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Em consonância com as diretrizes nacionais e atento às especificidades locais, Mogeiro assumiu o compromisso de colaborar com a União, o Estado da Paraíba e demais entes federativos na construção de uma política efetiva de formação inicial e continuada para os profissionais da educação. O município também vem buscando implementar uma política de formação que atenda aos incisos I, II e III do caput do art. 61 da LDB (Lei nº 9.394/96), assegurando que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área em que atuam.

Dentre as estratégias desenvolvidas do plano no período de 2022 a 2024 para o alcance da meta pelo município podemos destacamos a implantação de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo no calendário escolar, como espaço de diálogo e formação continuada dos docentes em serviço; adesão ao Programa SOMA, atual

Alfabetiza + Paraíba, promovido pelo Secretaria de Educação do Estado para formação continuada de professores alfabetizadores; desenvolvimento de parceria com a Fundação Itaú Social e o Programa Melhoria da Educação para formação de Língua Portuguesa e Matemática dos professores da educação básica com vista a implementação da política de Apoio Pedagógico Complementar (APC); realização de jornadas pedagógicas pela equipe técnica e multiprofissional; realização em parceria com o SENAI e Instituto Alparagatas no oferecimento de cursos de curta duração aos docentes; adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e outras ações de fortalecimento da formação continuada.

Com base nas observações das estratégias propostas no plano percebe-se que ainda existem algumas lacunas para a consolidação no que tange a formação inicial, pois apresenta um número significativo de profissionais que ainda não possuem graduação e ou possui formação em outra área. A meta poderá ser viabilizada por meio da articulação entre o município, a União, o Governo do Estado da Paraíba e instituições formadoras. Esse trabalho colaborativo é fundamental para ampliar o acesso dos profissionais da educação a programas, bolsas, cursos e ações de valorização docente.

## **RECOMENDAÇÕES**

Para o cumprimento da meta em sua totalidade recomenda-se:

Realizar um levantamento atualizado da formação dos profissionais da rede municipal de ensino (nível de escolaridade, área de formação, atuação).

Identificar as lacunas na formação específica dos professores em relação às áreas em que atuam.

Mapear a demanda por cursos de especialização e pós-graduação stricto sensu para subsidiar políticas públicas locais.

Firmar os convênios com universidades públicas e privadas e instituições com polos de ensino a distância, para ofertar cursos de licenciatura, especialização, mestrado e doutorado.

Fortalecer a articulação com o Governo do Estado e o MEC para acesso a programas federais de formação (como o PARFOR, Plataforma Freire, CAPES, entre outros).

Fortalecer as ações de formação continuada em serviço, organizados em parceria com universidades ou centros de formação, com temas alinhados ao currículo e às práticas pedagógicas locais.

Estimular comunidades de aprendizagem, como grupos de estudo, oficinas e seminários permanentes de formação.

Promover formações descentralizadas e contextualizadas, respeitando as realidades das escolas urbanas e rurais.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META:**

As metas analisadas evidenciam o compromisso do município sobretudo no que diz respeito a formação continuada promovida pela equipe técnica e multiprofissional com a ampliação do direito à educação, em especial para os docentes da rede municipal.. No entanto, a efetivação dessas metas depende de uma gestão articulada com os entes federativos, de financiamento adequado e de políticas públicas contextualizadas à realidade local. Garantir acesso e permanência qualificada no ensino médio, técnico e superior é condição indispensável para romper ciclos de exclusão e para promover o desenvolvimento sustentável do município de Mogeiro-PB.

**META - Assegurar, no prazo de um ano após a aprovação deste PME, a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação pública municipal, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII do art. 206 constituição federal.**

### **Contextualização**

A meta prevista no Plano Municipal de Educação, que estabelecia a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação pública municipal no prazo de um ano após a aprovação do PME, não foi cumprida dentro do prazo estabelecido. Embora o objetivo estivesse claramente definido e alinhado à valorização dos profissionais da educação — conforme orienta o Plano Nacional de Educação (PNE) e o piso salarial nacional do magistério —, diversos fatores contribuíram para o não atendimento da meta.

### **Análise dos Dados**

A meta estabelecida no Plano Municipal de Educação (PME), que previa a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação no prazo de um ano após a aprovação do PME, representa um compromisso fundamental com a valorização dos trabalhadores da educação pública. Essa ação está em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e com as diretrizes de fortalecimento da carreira do magistério, sendo, portanto, um dos instrumentos estratégicos para a melhoria da qualidade educacional.

Embora o objetivo estivesse claramente definido e alinhado às políticas nacionais, o prazo de um ano após a aprovação do PME não foi suficiente para sua concretização. Isso revela desafios tanto de planejamento quanto de gestão pública.

Entre os principais obstáculos, destacam-se:

- Instituição da comissão técnica específica para conduzir a revisão do plano;
- Limitações orçamentárias e financeiras enfrentadas pelo município;

- Falta de articulação entre o Poder Executivo, o Legislativo e os representantes da categoria;
- Carência de diagnóstico atualizado sobre a realidade da rede municipal e seus profissionais;

A não revisão do PCCR prejudica diretamente a valorização da carreira docente, comprometendo a atratividade da profissão, a estabilidade da rede municipal e o cumprimento da meta 17 do PNE, que trata da equiparação salarial e valorização profissional

## **RECOMENDAÇÕES**

Realizar a criação imediata de um grupo de trabalho intersetorial, com participação de representantes da educação, sindicatos e gestão pública;

Elaborar de um diagnóstico técnico da atual situação da carreira e remuneração;

Organizar a previsão de recursos no orçamento municipal para viabilizar a reformulação do plano;

Fazer a adequação do novo PCCR aos princípios da carreira do magistério, piso salarial nacional e formação continuada;

Reabrir o debate sobre o PCCR com a participação ativa de representantes da categoria;

Acrescentar o nível 6 na tabela do PCCR para implementação na progressão docente;

Promover de estudos de impacto financeiro e viabilidade técnica;

Estabelecer um novo cronograma realista para a revisão do plano;

Articular a ação com o cumprimento do PNE e com as legislações federais pertinentes.

### **CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A META:**

Diante do descumprimento do prazo estabelecido, a revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) deve ser retomada como uma ação prioritária e estratégica, indispensável para assegurar a valorização dos profissionais da educação e para o fortalecimento de uma rede pública de ensino comprometida com a qualidade e a equidade .

O não cumprimento da meta referente à revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos profissionais da educação pública municipal acarreta consequências diretas e significativas para o desenvolvimento da política educacional no município. A ausência dessa revisão compromete a motivação e o reconhecimento dos profissionais da educação, uma vez que impede a adequação das estruturas de progressão e valorização funcional às demandas atuais da categoria. Tal cenário também reduz a atratividade da carreira, dificultando o ingresso e a permanência de novos profissionais qualificados no serviço público educacional. Além disso, observa-se o agravamento de um clima organizacional desfavorável nas instituições de ensino, caracterizado por insatisfações, desestímulo e possíveis conflitos internos.

Consequentemente, esses fatores impactam negativamente a qualidade do ensino ofertado, considerando que a valorização dos profissionais da educação constitui um dos pilares fundamentais para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, conforme estabelecido nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

**META - Aplicar efetivamente os recursos públicos financeiros definidos em lei para a educação, ampliando- os gradativamente, de forma a assegurar as condições necessárias à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público de qualidade.**

**Contextualização:**

A meta em questão visa assegurar a aplicação efetiva dos recursos públicos destinados à educação, conforme definido em lei, com ênfase na ampliação progressiva desses investimentos. Trata-se de uma diretriz fundamental para garantir a manutenção e o desenvolvimento do ensino público com qualidade, como previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Essa meta também considera a importância de práticas de gestão fiscal transparente, da valorização dos profissionais da educação e do financiamento adequado das estruturas escolares, especialmente em contextos desafiadores como o rural e o de populações tradicionais.

**Análise:**

Desde a aprovação do PME, a gestão municipal tem realizado esforços para cumprir suas obrigações legais quanto à aplicação mínima de recursos na educação, respeitando os percentuais constitucionais e os repasses do FUNDEB. Há registros de melhorias na infraestrutura física das escolas, na aquisição de mobiliário e equipamentos, especialmente para os anos iniciais do ensino fundamental. Também foram observados investimentos em transporte escolar com a aquisição de 7 ônibus ao longo desse triênio, ampliação do número de profissionais qualificados, sobretudo com o apoio a formações continuadas, através de Jornadas Pedagógicas e HTPCs. Entretanto, ainda se verificam desafios significativos quanto à transparência da gestão financeira, à criação de mecanismos locais de controle social mais efetivos, à efetivação da política de valorização docente (incluindo planos de carreira atualizados) e ao acompanhamento público dos indicadores de custo-aluno-qualidade.

**Recomendações:**

Recomenda-se o fortalecimento dos canais de **transparência ativa**, como a publicação sistemática dos relatórios financeiros da educação em portais oficiais. A ampliação das **instâncias de controle social**, como conselhos escolares com atribuições fiscalizadoras, também é essencial. Para o financiamento qualificado da educação, o município deve buscar **fortalecer o regime de colaboração com o Estado e a União**, tanto para manutenção como para ações estruturantes, como formação continuada e programas de

inclusão digital. É importante priorizar a **implementação local do custo-aluno-qualidade (CAQ)**, como ferramenta de justiça distributiva, além de efetivar dispositivos que estimulem a **valorização docente com incentivos à qualificação**, inclusive em cursos de pós-graduação.



**METAS:**

**1.14.1 - Contribuir para universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

**1.14.2 Meta**

**Contribuir para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.**

**1.14.3 Meta**

**Contribuir para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.**

**CONTEXTUALIZAÇÃO:**

As metas 1.14.1, 1.14.2 e 1.14.3 do Plano Municipal de Educação alinham-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) e visam ampliar o acesso e garantir a permanência da população jovem e adulta nas etapas da educação média, técnica e superior. A primeira propõe universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a faixa etária de 15 a 17 anos, elevando a taxa líquida de matrícula no ensino médio para 85%. A segunda estabelece a triplicação das matrículas em educação profissional técnica de nível médio, assegurando que metade da expansão ocorra no setor público. Por fim, a terceira visa elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% da população de 18 a 24 anos, com 40% das novas vagas no segmento público. Essas metas contemplam dimensões essenciais para o desenvolvimento humano, social e econômico do município.

## **DADOS E ANÁLISE:**

Embora tenha havido avanços nos últimos anos, os dados educacionais indicam que a universalização do ensino médio ainda enfrenta obstáculos significativos. Em Mogeiro, a evasão escolar, especialmente entre adolescentes de 15 a 17 anos, continua sendo um desafio, muitas vezes agravado por condições socioeconômicas, trabalho precoce e fragilidades nos serviços de proteção à juventude. Em relação à educação profissional, observa-se que a oferta permanece limitada no município, concentrando-se em instituições externas à rede municipal, como os Institutos Federais, o que dificulta o acesso, sobretudo para a população rural. Quanto ao ensino superior, a taxa de jovens que ingressam e permanecem em universidades ainda está aquém das metas propostas, em parte devido à dificuldade de acesso ao ensino superior público no município e à limitação de programas de assistência estudantil.

## **RECOMENDAÇÕES:**

Para o alcance pleno das metas, recomenda-se:

**Ensino Médio:** investir em ações de busca ativa e em políticas de prevenção à evasão, com acompanhamento intersetorial (educação, assistência social e saúde);

**Educação Profissional:** articular parcerias com o IFPB e o SENAI, ampliar a oferta em EAD com qualidade, e criar polos locais integrados ao contexto produtivo do município;

**Ensino Superior:** apoiar jovens com bolsas de transporte e moradia estudantil, e estimular cursos voltados à formação de professores, especialmente em Ciências e Matemática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A META:

As metas analisadas evidenciam o compromisso do município com a ampliação do direito à educação, em especial para jovens e adultos. No entanto, a efetivação dessas metas depende de uma gestão articulada com os entes federativos, de financiamento adequado e de políticas públicas contextualizadas à realidade local. Garantir acesso e permanência qualificada no ensino médio, técnico e superior é condição indispensável para romper ciclos de exclusão e para promover o desenvolvimento sustentável do município de Mogeiro-PB.

## RECOMENDAÇÕES GERAIS

- **Fórum Municipal de Educação:** Reativar o Fórum Municipal de Educação para envolver a sociedade civil no monitoramento, conforme sugerido pelos TCEs em outros contextos.
- **Formação:** Treinar a equipe da Secretaria Municipal de Educação para usar ferramentas de monitoramento, como a Rede de Assistência Técnica do MEC.
- **Transparência:** Publicar os relatórios e gráficos no site da prefeitura para promover o controle social.
- **Atualização de dados:** Como o portal "**De Olho nos Planos**" indica que Mogeiro-PB não compartilhou informações sobre o PME, é crucial iniciar o registro dos dados no Conviva ou em outra plataforma.

## **EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

### **COORDENAÇÃO DA DIVISÃO DE ENSINO**

Taíses Araújo da Silva Alves

### **EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA**

Gilvaneide das Graças Sousa Ferreira

Sandra Maria Regis

Sandra Maria Santos da Silva

Maria Cristina Silva de Andrade

Márcia Gomes dos Santos Silva

Maria Emília Galdino

Maria Fernanda da Silva Santos

Liziane Pessoa da Silva Martins

Luciana Maria Régis

Ivânia Maria de Andrade Herculano

Milena Monteiro de Oliveira Herculano